



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Filosofia e Ciências

MAYARA METODIO FROTA

MIGRAÇÃO E RELIGIÃO:

ENTRE IMIGRANTES LATINOS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

MARÍLIA

2025

MAYARA METODIO FROTA

MIGRAÇÃO E RELIGIÃO:
ENTRE IMIGRANTES LATINOS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Conselho de Curso de Relações
Internacionais, da Faculdade de Filosofia e
Ciências, da Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de Marília,
para obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais

Orientador: Prof. Antonio Mendes da Costa
Braga

MARÍLIA

2025

F941m Frota, Mayara
MIGRAÇÃO E RELIGIÃO : ENTRE IMIGRANTES
LATINOS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA / Mayara
Frota. -- Marília, 2025
56 p. : tabs.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações
Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Antônio Mendes da Costa Braga

1. Migração. 2. Religião. 3. Estados Unidos. 4. Latinos. I.
Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos
pelo autor(a).

MAYARA METODIO FROTA

MIGRAÇÃO E RELIGIÃO:
ENTRE IMIGRANTES LATINOS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Conselho de Curso de Relações
Internacionais, da Faculdade de Filosofia e
Ciências, da Universidade Estadual Paulista –
UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do
título de Bacharel em Relações Internacionais.

Banca Examinadora

Prof. Antonio Mendes da Costa Braga
Departamento de Sociologia e Antropologia
FFC, UNESP – Campus Marília, SP
Orientador

Mestrando Douglas Alexandre Freire Moretto
PPGCS, FFC, UNESP – Campus Marília, SP

Mestrando Lucas Esteves de Meireles
PPGCS, FFC, UNESP - Campus, Marília, SP

Marília, 9 de dezembro de 2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu pai, Roberto, que desde que nasci sempre fez grandes esforços pelos meus estudos e sempre me apoiou e incentivou durante toda minha trajetória. Também gostaria de agradecer a minha família que sempre me deram o suporte necessário para o andamento dessa graduação. E aos fins de semana sempre me proporcionaram momentos de alegria para continuar.

Meus amigos também foram essenciais desde o primeiro ano, onde em conjunto, sempre nos ajudamos em todas as áreas das nossas vidas, desde fazer um almoço de sexta até estudarmos juntos para uma prova difícil. Obrigada Letícia, Felipe, Renata, Luís e Valentin, vocês sempre estarão no meu coração. Aos meus amigos da escola e de vida, uma eterno obrigada, vocês me viram crescer e evoluir, também estarão sempre comigo no meu coração!

Agradeço também meu namorado, Daniel, que desde que entrou em minha vida não poupou esforços em fazer de tudo por mim. Obrigada por tudo que vivemos juntos. Sua família também, que sempre me acolheu e me apoiou, me ajudando a não desistir.

À Unesp, que se tornou um lar para mim, onde carregarei todo o estudo e vivências por toda a minha vida.

RESUMO

Esta monografia analisa a relação entre migração e religião entre os imigrantes latinos nos Estados Unidos. No qual o objetivo geral é investigar como esses dois elementos se articulam na construção de identidades, redes de apoio e práticas transnacionais, no qual a influência de fatores históricos, econômicos e simbólicos é considerada. Também procura mostrar como a migração latino-americana é marcada por desigualdades, demandas econômicas dos EUA e políticas migratórias voláteis. A partir dessas análises, os objetivos específicos deste trabalho são: (i) examinar a evolução histórica das políticas migratórias estadunidenses e seu impacto na comunidade latina; (ii) demonstrar o papel das instituições religiosas como espaços de suporte emocional, social e de preservação cultural; (iii) analisar o conceito de transmigração e sua relevância para a manutenção de elos entre os países de origem e destino. Como metodologia, a pesquisa apresenta caráter qualitativo, através de revisão bibliográfica. E sua fundamentação teórica se baseia em autores centrais como Alejandro Portes e Rúben Rumbaut, na análise sociológica da imigração, Peggy Levitt, no estudo do transnacionalismo e Charles Hirschman na definição das funções sociais da religião no contexto migratório. Assim, o presente trabalho compreende que o cenário no qual esses imigrantes vivem é marcado por desigualdades estruturais, precarização laboral e políticas voláteis, em que a religião surge como um pilar de resistência e reconstrução identitária.

Palavras-chave: Migração; Religião; Estados Unidos; Latinos; Transmigrantes.

ABSTRACT

This monograph analyzes the relationship between migration and religion among Latino immigrants in the United States. The general objective is to investigate how these two elements articulate in the construction of identities, support networks, and transnational practices, considering the influence of historical, economic, and symbolic factors. It also seeks to demonstrate how Latin American migration is marked by inequalities, U.S. economic demands, and volatile migration policies. Based on these analyses, the specific objectives of this study are: (i) to examine the historical evolution of U.S. migration policies and their impact on the Latino community; (ii) to demonstrate the role of religious institutions as spaces for emotional, social support, and cultural preservation; and (iii) to analyze the concept of transmigration and its relevance for maintaining links between the countries of origin and destination. Regarding methodology, the research is qualitative in nature, conducted through a literature review. Its theoretical framework is based on core authors such as Alejandro Portes and Rubén Rumbaut, for the sociological analysis of immigration; Peggy Levitt, for the study of transnationalism; and Charles Hirschman, for the definition of the social functions of religion in the migratory context. Thus, the present work understands that the environment in which these immigrants live is marked by structural inequalities, labor precarity, and volatile policies, where religion emerges as a pillar of resistance and identity reconstruction.

Keywords: Migration; Religion; United States; Latinos; Transmigrants.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil Comparativo de Imigrantes de Cinco Nacionalidades nos Estados Unidos no ano 2000	25
Quadro 2 - Níveis e Componentes do Campo Religioso Transnacional	47

SUMÁRIO

1 Introdução	9
2 Imigração nos Estados Unidos e o contexto das grandes imigrações	11
3 A “nova imigração” e a imigração latina nos EUA	17
4 Migração, religião e o papel das igrejas na vida dos imigrantes latinos	29
5 Relações entre transmigração, transmigrantes e religião no atual contexto migratório	44
6 Conclusão	53
Referências bibliográficas	56

1 INTRODUÇÃO

Até os recentes acontecimentos, ocorridos no ano de 2025, que envolvem a política em relação aos imigrantes, por parte do atual governo executivo dos Estados Unidos - presidido por Donald Trump, os EUA costumam ser vistos como grandes receptores de imigrantes e muito abertos à sua recepção. Isto em um contexto mundial como o atual, onde a migração entre fronteiras é um fenômeno constante e intenso, onde a intersecção entre meios de comunicação, transporte, facilidades de deslocamento, são muitos os fatores e fenômenos que tornam a migração internacional cada vez maior e mais forte.

No que se refere a esse contexto migratório contemporâneo, a presença expressiva dos imigrantes latinos nos Estados Unidos é um dos fenômenos que mais se destaca - representando os imigrantes latinos o maior grupo de estrangeiros nesse país da América do Norte. Sendo esse um grupo de imigrantes que possui características diferenciadas, constantemente influenciados pelas redes transnacionais, pela demanda contínua por mão de obra da economia norte-americana e pelos mecanismos legais e ilegais de entrada e permanência. Sendo que, conforme mostram muitos estudos, grande parte desses imigrantes ao entrarem no EUA passam por diversos desafios de adaptação, precarização laboral, discriminação e incertezas jurídicas. Ao mesmo tempo enfrentam o fato de que, pela perspectiva econômica são vistos como trabalhadores essenciais, enquanto por uma parte significativa da sociedade estadunidense são considerados ameaças constantes.

Nesse mundo de forte migração, a religião se destaca. Como podemos constatar através de diversos estudos é muito comum que fenômenos religiosos acompanhem fenômenos migratórios. Isso remete-se não só à migração hoje, mas também de outrora. No caso da migração nos Estados Unidos isso ocorre a muito tempo. E no que se refere aos imigrantes latinos, na atualidade, a religião surge como algo muito importante, desempenhando relevantes papéis e funções na vida de muitos desses imigrantes. Como, por exemplo, funcionando como abrigo emocional, rede de apoio social, espaço de reafirmação identitária e ponte simbólica entre o país de origem e o de destino.

Dadas essas considerações iniciais, o objetivo deste trabalho é mostrar e analisar como foi se dando a questão migratória nos Estados Unidos, ontem e hoje, e, de forma particular, a importância da relação entre migração e religião entre imigrantes latinos nos EUA. Para tanto, são considerados o contexto histórico da formação da imigração latino-americana no país, quanto às práticas religiosas que os acompanham. Assim como se busca demonstrar como a religião funciona como base para a adaptação dos imigrantes, além de se configurar como

recurso de integração, reconstrução identitária e elemento dos mais relevantes em um contexto de migração transnacional como o que vigora no mundo hoje.

Para realizar essa análise, houve a coleta de materiais em um processo crítico. Inicialmente, houve buscas em bases de dados como Google Acadêmico e o Portal de Periódicos da CAPES. Contudo, percebeu-se que havia uma escassez em relação ao conteúdo dos textos encontrados, em relação a migração latina e a religião no contexto estudado. Assim, a base teórica foi construída diretamente com o apoio do Orientador Prof. Dr. Antônio Mendes da Costa Braga, que indicou a Bibliografia fundamental e as obras específicas que sustentam este estudo.

Em relação a metodologia, é feita uma abordagem qualitativa fundamentada em revisão bibliográfica. Na qual houve a análise de autores especialistas no assunto como Alejandro Portes, Rúben Rumbaut e Peggy Levitt. Assim, busca-se demonstrar como a religião é fundamental para a adaptação e reconstrução da identidade do imigrante no mundo atual.

2 IMIGRAÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS E O CONTEXTO DAS GRANDES IMIGRAÇÕES

Segundo João Jarochinski (2013), a questão da imigração se inicia com a independência das 13 colônias e a Instituição dos Estados Unidos da América em 1776. Com o movimento de irlandeses e pessoas que viviam em possessões inglesas, contudo, ainda era uma continuação do fluxo dos séculos XVII e XVIII. A seguir, em 1798, foi estabelecido o “Aliens Act and Aliens Enemy Act”, no qual o governo estadunidense previu a possibilidade de detenção e expulsão dos estrangeiros considerados perigosos e daqueles que viessem de países que estavam em confronto com os Estados Unidos.

Jarochinski (2013) também ressalta que nessa época a questão da escravidão como instituição estava sendo discutida, resultando na guerra de secessão em 1861. Com isso, os imigrantes brancos de origem europeia surgiram como uma alternativa e foram favorecidos, visto que se preferia a mão de obra branca à negra. Sendo que no setor agrícola não havia diferença entre o trabalho exercido pelos dois. Para os imigrantes europeus, foi um benefício, pois haviam deixado as zonas rurais de seus países, ou seja, eram familiarizados com a agricultura. Emigrar para os Estados Unidos passou a ser uma possibilidade para muitos europeus, cujas vidas na Europa estavam cercadas de dificuldades e pobreza.

Grandes mudanças se iniciam no século XIX, nos EUA, após a Secessão. Uma dessas mudanças é a grande leva de imigrantes que chegam nos Estados Unidos. Trata-se do período conhecido como o das “Grandes Imigrações”. Segundo Alejandro Portes e Ruben Rumbaut (2014), ocorreu uma primeira grande onda migratória entre os anos de 1880 e 1930, em que 14,7% da população era de estrangeiros. Segundo Jarochinski (2013), nesse período a indústria norte-americana passava por um desenvolvimento em que o país necessitava de mão de obra e intensificou suas campanhas de atração de trabalhadores em outros países, principalmente na Europa. Nesse período, os EUA passaram a ser conhecidos como a terra da liberdade e da oportunidade. A chegada de muitos imigrantes também gerou outro impacto no país, pois muitos imigrantes foram em busca de terras. Isso resultou no fenômeno de cercamento de muitas terras, que eram convertidas em propriedades rurais. Uma consequência desse fenômeno foi que ele alterou a estrutura de propriedade tradicional que assegurava o direito aos moradores nativos de muitas localidades, que tinham o direito de produzir naquela terra. Desse modo, a campanha de ir para uma terra com novas oportunidades, se tornou muito atrativa. O perfil do imigrante era caracterizado, em sua grande maioria, por homens solitários que viriam a trazer

sua família depois. E o perfil dos empregos exige pouca qualificação, educação, alfabetização ou fluência em inglês.

Os capitalistas industriais dos EUA acolheram esses imigrantes, visando uma mão de obra barata, mal qualificada, como um propulsor de seu lucro. O governo, por sua vez, adotou uma política migratória sem nenhuma restrição, visto os benefícios que traria para o país e o fato de o fluxo de imigrantes ser majoritariamente branco, vindo da Europa. Vale também ressaltar que devido a esse grande fluxo de imigrantes, houve um aumento no desemprego, resultando em um sentimento xenofóbico entre os nativos em relação aos imigrantes recém-chegados. Rossana Reis (2013 *apud* Jarochinski, 2013), aponta que esse sentimento também se baseava em questões como as religiosas. Sendo os Estados Unidos majoritariamente protestante, havia manifestações como

o anti-catolicismo, pois se considera que a obediência ao Papa impede a independência necessária para se tornar um cidadão; o anti-radicalismo, evitando-se pessoas ligadas a grupos políticos considerados radicais; e o nativismo racial, que estabelece que a origem da nação se encontra nas raízes anglo-saxônicas (Reis, 2013, p.49-50 *apud* Jarochinski, 2013 p.10).

Jarochinski (2013) aponta que esse sentimento geralmente nasce quando o imigrante é colocado como responsável por uma situação econômica desconfortável para alguns setores da população. Portanto, pode-se observar que apesar dos Estados Unidos serem vistos como “país da imigração”, isso não ocorreu sem conflitos. Isso implica que sendo visto como um país totalmente aberto à entrada dos estrangeiros, os Estados Unidos passam a adotar uma medida mais restritiva, selecionando o perfil de imigrantes que o país deseja. Sendo que a principal consequência foi a aprovação do Immigration Act of 1924, também chamado de Johnson-Reed Act, que estabeleceu um sistema de cotas rígidas por origem nacional, o que pôs fim a era das grandes imigrações nos Estados Unidos.

Essa leitura de Jarochinski também é compartilhada por Portes e Rumbaut (2014). Esses dois autores destacam que após a Primeira Guerra Mundial emergiu uma forte rejeição e hostilidade aos imigrantes, entre os nativos norte-americanos, visto que se sentiram ameaçados no mercado de trabalho. Eles consideravam, que estavam concorrendo às mesmas vagas de emprego com imigrantes não qualificados, que estavam suprimindo as vagas dos qualificados. Havia também a questão do choque cultural, com diferentes etnias e o fato de muitos imigrantes serem católicos, em meio aos nativos majoritariamente protestantes. Além disso, colocam que alguns nativos montaram organizações contra a população estrangeira, os acusando de estarem diluindo a fibra moral da nação e a integridade de suas instituições. Em contraste, os imigrantes se juntaram em sindicatos para lutarem por direitos.

Esse contexto fez com que as firmas capitalistas começassem a buscar outras fontes de mão de obra. Foi o caso do recrutamento de descendentes de escravos do Sul dos Estados Unidos nos anos 1920. Consequentemente, isso resultou no enfraquecimento dos sindicatos. Contudo, a grande vitória dos nativos, como colocado anteriormente, ocorreu em 1924, com a promulgação do Johnson-Reed Act, que passou a restringir a entrada de estrangeiros nos EUA, estabelecendo um rígido sistema de cotas por nacionalidade. Essa restrição legislativa realizada pelo Congresso Norte-Americano em relação à imigração estrangeira foi possível porque o estímulo à imigração perdeu o apoio de setores da economia que anteriormente a impulsionava (Portes; Rumbaut, 2014). Segundo Jarochinski (2013) esse processo já havia começado em 1921, quando o Governo começou a limitar as entradas dos imigrantes por meio do Emergency Immigration Restriction Act. Merece ser destacado que essa foi uma medida que buscou favorecer a imigração oriunda da Europa Ocidental em detrimento da imigração africana e asiática. Outro ponto a ser destacado é que os mexicanos eram uma exceção nessas políticas, devido à sua importância na agroindústria daqueles estados dos EUA que fazem fronteira com o México. Sendo que isso ocorreu principalmente no Leste dos Estados Unidos. Segundo Portes e Rumbaut (2014), a realidade ocorreu de forma um pouco diferente no Oeste. E para a compreensão de toda essa realidade, deve-se levar em conta a Guerra Mexicano-Americana (1848), cujo resultado foi os Estados Unidos anexarem diversos territórios do México. Essa nova configuração territorial dos EUA demandou um número ainda maior de mão de obra.

Nesse contexto histórico, um evento de suma importância para esse processo foi a corrida do Ouro entre 1848 e 1855. Pois trouxe um grande número de imigrantes chineses, principalmente para a construção de ferrovias, necessárias para integrar os EUA e ligar a costa leste (atlântica) à costa oeste (pacífica). Sendo importante considerar que com o fim desse período, poucos chineses voltaram a seu país de origem e muitos foram para a agricultura na Califórnia. Isso gerou uma péssima reação entre os nativos, que consideravam esses estrangeiros como “semi-humanos”, não civilizados e sujos (Portes; Rumbaut, 2014).

Portes e Rumbaut (2014) destacam que uma das consequências disso foi a criação da Lei de Exclusão dos Chineses em 1882, em que os trabalhadores chineses foram expulsos de fazendas e forçados a procurar abrigos em pequenas comunidades urbanas, hoje conhecidas como Chinatowns. Segundo esses autores, com a saída dos chineses, os agricultores da Califórnia começaram a recrutar japoneses, que eram bem-vistos pela sua disciplina. A situação, contudo, mudou quando eles começaram a demonstrar o desejo de comprar e cultivar terras por conta própria. Com isso, foi criada a primeira Lei da Terra para Estrangeiros - Alien Land Law de 1913 do estado da Califórnia -, que restringia a aquisição e o arrendamento de

terras por japoneses. Isso os levou a se mudarem para as cidades, tornando-se empreendedores em diversas áreas. Como as cidades e fazendas não pararam de crescer e cresciam as restrições a entradas de estrangeiros, os empresários do Nordeste utilizavam a mão de obra afro-americana da antiga Confederação, enquanto os fazendeiros da Califórnia e do Texas buscavam mão de obra no México.

Com a Revolução Mexicana (1910 a 1920), os empresários viram uma oportunidade de acesso livre à mão de obra mexicana. Desde a Primeira Guerra Mundial até a Grande Depressão, sempre houve uma disputa: de um lado, o governo tentando dificultar a regulação imigratória e de outro, os fazendeiros tentando combater essas restrições, dado seus interesses em usar a mão de obra mexicana. Os fazendeiros quase sempre eram derrotados. Mas em 1929, a situação foi diferente, pois a Suprema Corte declarou todos os emigrantes do México que possuíam um emprego nos Estados Unidos, imigrantes legais. Sua migração, contudo, possuía um caráter cíclico. Dados os interesses de ambas as partes, isso era visto de forma positiva, por conta da proximidade dos dois países, sendo comum que trabalhadores mexicanos homens voltassem para casa depois da colheita ou após o fim do contrato com as companhias ferroviárias. Vale ressaltar que essa população não era alvo dos nativistas, pois retornavam ao México logo ao fim da safra, sem “os incomodar” nas cidades (Portes; Rumbaut, 2014).

Analisando o trabalho de Portes e Rumbaut (2014), o que se observa é que os nativistas, ao longo da história, sempre buscaram culpar os estrangeiros por roubarem seus empregos; contudo, podemos notar que nos Estados Unidos, o sistema de valores, a ordem constitucional e a estrutura de classes permaneceram, em sua maioria, intactos. As elites brancas continuam com o controle sob o poder econômico e político, resistindo à cidadania aos estrangeiros. Com o tempo, os filhos e netos de imigrantes conseguiram um lugar na economia e classe americana, mas para isso, precisaram deixar de lado sua cultura, aceitando completamente o sistema de valores e a ordem normativa vigente.

Vale ressaltar também a explosão urbana que houve com a imigração. O destino dos imigrantes europeus era majoritariamente na cidade e, em 1920, a grande maioria dos estrangeiros nascidos brancos moravam nela. Esse foi um dos fatores para trocar o centro social e político do campo para a cidade, especialmente no Nordeste e Centro-Oeste. Esse aumento populacional das cidades, principalmente no Nordeste e Centro-Oeste, gerou grandes mudanças no perfil da Câmara dos Deputados do Congresso dos Estados Unidos, já que a distribuição de assentos na Câmara de Representantes é calculada tendo por base os moradores de um estado ou distrito. Logo, distritos urbanos, com uma maior população, têm maior probabilidade de terem mais assentos na Câmara dos Representantes. Consequentemente, os votos na Câmara

passaram a ser a favor de estados mais urbanizados e receptores de imigrantes. Assim, a influência política não era exercida pelos próprios migrantes, mas eles foram representados por esses políticos nativos (Portes; Rumbaut, 2014).

Conforme as leis de restrição de entrada de estrangeiros foram se sucedendo, os Estados Unidos possuíam uma cota anual de imigrantes que poderiam ser admitidos no país, que chegou a 2% na década de 1920, década essa utilizada como base para determinar o início da cota anual de admissão. É preciso considerar também, neste cenário, que em 1929 iniciou-se a Grande Depressão e isso gerou um controle ainda maior na entrada de imigrantes. Eles, que antes chegaram a ser 4% da força de trabalho, após a Crise de 1929 representavam menos de 0.5%. Também é importante considerar que eles não possuíam incentivos para ir para o país, pois iam se juntar às grandes massas de desempregados americanos. Na realidade, uma das tentativas do Governo para reduzir o desemprego foi, justamente, a deportação de trabalhadores estrangeiros. Ademais, vale ressaltar que a maioria dos imigrantes europeus estavam legais no país e não podiam ser mandados embora. Nesse contexto, um dos grupos que mais sofreram foram os mexicanos, no qual quase 0,5 milhão foram enviados para casa - ou seja, o México. Contudo, as campanhas de deportação e de incentivo ao retorno dos imigrantes não melhorou a economia dos EUA. Somente com uma grande campanha de déficit de gastos e de criação de empregos do governo de Roosevelt foi possível notar uma melhora (Portes; Rumbaut, 2014).

Com a Segunda Guerra Mundial, o país saltou economicamente e o desemprego chegou para perto de zero. Devido à alta demanda de mão de obra, o governo em 1942 decidiu implementar o programa “Bracero Program”, no qual levou a contratação de milhares de trabalhadores mexicanos para trabalhar em fazendas. Os grandes benefícios e produtividade fizeram com que o programa fosse estendido até depois do fim da Segunda Guerra. Entretanto, na questão social, os imigrantes não possuíam tantos “benefícios” assim. Apesar de durante a Guerra os filhos de nativos e os filhos de imigrantes, nascidos nos EUA, compartilharem os mesmos sentimentos e se aproximarem, o fato é que os estadunidenses, em geral, eram mais acolhedores com os imigrantes vindos da Europa e mesmo da Ásia, do que com os mexicanos. Sendo que esse tipo de perspectiva contava até mesmo com o apoio do governo (Portes; Rumbaut, 2014).

O fato é que, apesar dos mexicanos e afrodescendentes terem lutado na mesma Guerra que eles - nativos norte-americanos, brancos e descendentes de imigrantes europeus -, eles não fizeram parte do processo de integração étnica ocorrido depois da Guerra. Na realidade, o que mais ocorreu foi o enfrentamento de discriminação e preconceito e eles se manterem presos no mesmo patamar de hierarquização da sociedade norte-americana, onde o mais comum eram

ocupar as posições inferiores, O que envolvia eles serem considerados como a base trabalhadora não qualificada do sistema econômico estadunidense (Portes; Rumbaut, 2014).

Outro ponto a se considerar é que o período do pós-guerra foi de grande prosperidade econômica para os Estados Unidos. Essa prosperidade era perceptível nos anos 60, mas ela não atingia os imigrantes mexicanos e seus descendentes, nem os afro-americanos. É neste contexto que descendentes de mexicanos e afro-americanos passaram a se rebelar, por meio de revoltas urbanas e do Movimento pelos Direitos Cívicos, cujos objetivos eram reivindicar melhores condições de vida e acesso a melhores oportunidades. É neste contexto, em 1964, que Lyndon Johnson, então Presidente dos EUA, assina a Lei dos Direitos Cívicos (Civil Rights Act) e lança a “Guerra à Pobreza” - que compreende uma série de programas sociais.

É também nos anos 1960 que a imigração nos Estados Unidos começa a entrar em um novo contexto. O período de grandes restrições e controle à entrada de imigrantes que vigoravam desde a década de 1920 começou a mudar. Aos poucos um novo contexto migratório, com um cada vez mais acentuado fluxo migratório de entrada de um número cada vez maior de imigrantes nos Estados Unidos começa a emergir. É o começo do período que passou a ser chamado de a “nova imigração” e que, em tese, se estende até os dias de hoje. Sendo esse o tema do próximo capítulo.

3 A “NOVA IMIGRAÇÃO” E A IMIGRAÇÃO LATINA NOS EUA

Em 1965, Lyndon Johnson assina o Immigration and Nationality Act (Hart-Celler Act). Essa Lei foi impactante, pois colocou fim ao sistema das cotas raciais e de origem nacional para entrada de estrangeiros (que vigorava desde a Lei de 1924), priorizou e buscou favorecer a reunião familiar e estimular a entrada, nos EUA, de imigrantes com habilidades profissionais e educação (independentemente de sua origem étnica), frente às demandas do progresso experimentado pela economia dos Estados Unidos.

Jarochinski coloca que, ainda que essa lei declare o fim da política migratória que estabelecia padrões raciais e étnicos, ainda se manteve uma certa diferenciação entre o hemisfério ocidental e oriental. Isso gerou resultados que o Governo dos EUA não esperava, como o aumento de imigrantes latino-americanos e asiáticos (Jarochinski, 2013). Ao mesmo tempo, criou condições para o surgimento dos chamados imigrantes ilegais:

Várias das disposições da lei de 1965 que contribuíram para a aceleração da imigração ilegal tiveram efeitos mais duradouros. A lei, vale lembrar, estabeleceu um limite máximo para o fluxo de imigração. Da mesma forma, quando o limite anual de 20.000 imigrantes por país foi estendido em 1976 aos países do Hemisfério Ocidental, o México, em particular, rapidamente acumulou um enorme acúmulo de potenciais emigrantes que não podiam sair legalmente. [...] Quando o limite máximo único mundial para a imigração entrou em vigor em 1978, não havia vistos não preferenciais disponíveis para pessoas que estavam determinadas a imigrar, mas que não atendiam a nenhum dos três requisitos preferenciais, sendo que a única opção era entrar ilegalmente (Briggs, 1994, p.14 *apud* Jarochinski, 2013, p.14, tradução nossa).

Toda essa nova realidade, decorrente do Immigration and Nationality Act de 1965, fez com que esse ano - com a assinatura dessa Lei - fosse considerado o início de um novo grande ciclo imigratório nos Estados Unidos, que estaria se estendendo até os dias atuais. Sendo que, para diferenciar esse ciclo atual daquele ocorrido entre o século XIX e início do século XX - o das “Grandes Imigrações” - ele passou a ser chamado de a “Nova Imigração”.

Essa política contava com o apoio quase que total do Congresso e durou até o país entrar em uma recessão. Foi nesse cenário que um ano antes o bracero program foi anulado, visto o argumento de que o programa colocava os trabalhadores a um sistema de exploração por empresários americanos e oficiais corruptos mexicanos, além de que sua eliminação criaria mais emprego para nativos. Mas o final desse programa não trouxe o esperado, ele fez com que os fazendeiros agora contratassem mexicanos chamados de “migrantes clandestinos”. No qual a cada ano, após o fim do acordo, o número de imigrantes ilegais apreendidos na fronteira só crescia (Portes; Rumbaut, 2014).

Nos anos de 1970, os refugiados eram vistos como invasores e as fronteiras estavam cada vez mais restritas. A soberania e os interesses nacionais sobressaíam em relação aos direitos humanos, havia uma postura protecionista ao ser humano, principalmente ao estrangeiro. E em 1980, diversos setores da sociedade estadunidense concordavam que o asilo de refugiados é uma porta de entrada aberta para os estrangeiros. Assim, determinaram uma escala de preferência e critérios para sua concessão:

... se o refugiado era de interesse para o Estado, se ele possuía relações com o país, se estava em perigo e não tinha outro local para ir e, se os Estados Unidos possuíam alguma responsabilidade na sua situação, refletindo a efetiva atuação militar norte-americana durante os anos da Guerra Fria... (Jarochinski, 2013, p.14).

Após esses acontecimentos, foi possível observar o fluxo de imigrantes em direção a outros mercados de trabalho. Com a segunda revolução industrial, houve um recrutamento majoritário da segunda geração europeia sem alto nível escolar. Já após a crise de 2009, houve uma grande demanda por trabalhadores de serviços não qualificados e braçais, assim como profissionais e técnicos.

Vale destacar que os imigrantes dos EUA se diferenciam em duas dimensões principais: os recursos pessoais e sua classificação pelo governo. No primeiro diz respeito ao capital material e humano, que abrange tanto os que chegam com capital de investimentos, os que possuem alto grau de escolaridade e até os que possuem somente sua mão de obra para vender. Já a segunda, diz respeito desde migrantes que chegam legais no país e recebem assistência governamental até aqueles que são considerados ilegais e são perseguidos. Em adendo, é notório que hoje, a maioria dos imigrantes legais não recebem apoio do governo, somente aqueles classificados como refugiados ou admitidos como asilados legais (Portes; Rumbaut, 2014).

Atualmente, a maioria dos imigrantes vão em busca de trabalhos simples, que pagam pouco. Segundo Jarochinski (2013) A Lei de Reforma e Controle (IRCA) de 1986 visava justamente ir contra esse fluxo, diminuindo os imigrantes ilegais nos Estados Unidos, através de sanções contra os empregadores de mão-de-obra ilegal e um programa de anistia contra todos esses estrangeiros. Para ser aprovado, foi necessário um plano de visto temporário para os trabalhadores sazonais do campo. Contudo, a reforma não obteve sucesso, visto que as multas dadas aos empregadores desse tipo de mão-de-obra não eram suficientes frente ao lucro que ela trazia. Assim, nos anos seguintes os Estados Unidos passaram a investir mais nos controles das fronteiras do que na punição dos empregadores. Vale ressaltar que a reforma também trouxe preceitos antidiscriminatórios, mas também não obteve sucesso, os imigrantes foram ainda mais estigmatizados (Portes; Rumbaut, 2014).

10 anos depois, a Proposta 187 buscou desencorajar a imigração indocumentada, proibindo os imigrantes legais de estarem em serviços públicos. Entretanto, os migrantes podem cruzar a fronteira a pé ou com a ajuda de um contrabandista, ou também ficar a mais que o tempo do visto de turismo permite. Os primeiros são intitulados como EWIs (entrada sem inspeção) e os segundos como abusadores ou “overstayers” (pessoas que permanecem além do prazo). Em 2010, mais de 500 mil estrangeiros foram apreendidos, no qual 463 mil eram EWIs e em sua maioria eram mexicanos. Mas em termos de dados, o número foi 1/3 menor do que uma década antes. Outra maneira muito comum de entrar no país, é usando leis que ajudam na reunificação de família de imigrantes, com respaldos da reforma de 1986, muito comum entre os que entraram na época sem documentos legais, temporariamente ou se casaram com algum cidadão. Desse modo, vale ressaltar que a maioria dos mexicanos entra legalmente por essas Leis (Portes; Rumbaut, 2014).

A última forma das entradas dos imigrantes em geral, é como trabalhadores sob contratos. Vale ressaltar que na Lei de Imigração de 1965 existe uma disposição que incentiva a importação de trabalhadores quando não é possível encontrar trabalhadores domésticos dispostos e capazes, essa Lei foi mantida, mas como o procedimento é muito complicado, poucos empregadores buscam essa forma de mão de obra. Mas foi muito comum para a indústria açucareira, como os trabalhadores “H-2”, que vinham das Índias ocidentais. Ademais, nos últimos anos, atravessar a fronteira clandestinamente se tornou muito caro e perigoso e houve uma queda nas oportunidades de emprego na construção civil e áreas urbanas com a crise de 2009. Desse modo, o governo federal se viu obrigado a expandir o programa (H-2), em que o número de trabalhadores agrícolas sazonais por esse visto, cresceu de quase 50 mil em 2006, para o triplo 3 anos depois (Portes; Rumbaut, 2014).

Os trabalhadores se sentem muito atraídos aos EUA por conta do salário, que chega a ser 6,7 vezes maior que o salário-mínimo no México é bem mais alto que a média da América Central. Por isso, muitos estão dispostos a passar pelas barreiras para chegar ao país, visto que veem uma oportunidade de melhorar de vida. Geralmente eles são contratados para empregos de mão de obra física, visto como o nível mais baixo do mercado de trabalho, que geralmente os trabalhadores nativos não se interessam. Além disso, os empregadores não precisam arcar com custos de transporte e risco de viagem, assumidos pelos próprios migrantes (Portes; Rumbaut, 2014).

Em 1990, veio um novo Immigration Act que objetivava aumentar os vistos legais e suas regras eram as mesmas de 1965. Nele ocorreu a criação do imigrante investidor, que poderia se estabelecer livremente no país. Mas, apesar desse aumento, não houve uma solução

para os imigrantes indocumentados, pois o critério da capacidade de investimento não abrangia a maior parte dos imigrantes. Com os grandes debates acerca desses últimos atos, em 1996, foi criado o Immigration Reform and Immigrant Responsibility Act, para tentar novamente resolver os problemas, visto a vontade da sociedade em excluir completamente os imigrantes ilegais do mercado de trabalho. Nesse período, também houve um grande esforço para a fiscalização e fortalecimento das fronteiras. Havia também propostas, como cobrar uma taxa para cruzar a fronteira entre o México e os EUA, para que os órgãos responsáveis pudessem aumentar sua verba e reforçar a fiscalização, mas também não obteve sucesso (Jarochinski, 2013).

Em 1994, foi inaugurada a Operação Gatekeeper que fortaleceu as fronteiras com o México e aumentou o orçamento dos órgãos responsáveis pelo seu controle e pela imigração. Vale ressaltar que o Estados Unidos sempre relacionava a imigração ilegal ao México, como se somente os mexicanos fossem irregulares no país. Em 1996 foi possível destacar algumas medidas de combate, como os imigrantes ilegais sofrerem restrições a serviços públicos e a construção de uma cerca de 14 milhas próxima a San Diego. Além do aumento da força de trabalho nas fronteiras e o aumento da pena para falsificadores de documentos e de traficantes de pessoas. Essas leis auxiliaram a Operação Gatekeeper (Jarochinski, 2013).

E mais uma vez, a nova legislação não resolveu a imigração indocumentada e deixou diversos imigrantes sem o serviço de assistência do governo. Os imigrantes ilegais eram vistos como criminosos que iam para o país impor sua cultura e valores, degradando as norte-americanas, além de serem responsáveis pelas crises financeiras. Vale ressaltar que como não tinham a possibilidade de usufruir dos serviços públicos, o Estado não precisa mais gastar com ele e o deixa de lado, mas não o incomoda, pois sabe da sua importância para economia, principalmente em setores não valorizados (Jarochinski, 2013).

Com o acontecimento do 11 de setembro em 2001, os imigrantes passaram a ser acusados da insegurança do país. Os nativos argumentam que combater a imigração indocumentada era uma política de segurança, e deu total apoio ao governo defender seu país. Desse modo, o governo reforçou mais ainda suas fronteiras e os números de agentes duplicaram entre 2001 e 2008. Entretanto, apesar desses esforços, não foi alcançada uma maior eficiência, visto que dificilmente é possível ter controle total das fronteiras com a dimensão das fronteiras estadunidenses. Para que fosse possível o sucesso dessas medidas, seria necessário atitudes devidamente severas, com rigores excessivos, que não são defendidas por um estado que se intitula liberal (Jarochinski, 2013).

Ademais, a partir de 2008, a agência de Imigração e Alfândega (ICE) lançou uma campanha nacional de deportação contra trabalhadores não autorizados, como resposta a

movimentações de nativos em “proteger a fronteira”. Os números de imigrantes também despencaram drasticamente, conjuntamente por conta do declínio das oportunidades de emprego da crise de 2009. Isso significou uma grande perda para várias empresas e para o setor agrícola. Por conta desse resultado, a campanha do ICE foi interrompida no fim de 2011, e foi declarado que apenas estrangeiros com antecedentes criminais seriam deportados e os casos analisados especificamente. Em seguida, o programa H-2 expandiu drasticamente (Portes; Rumbaut, 2014).

Contudo, mesmo com a declaração, o ICE continuou deportando os imigrantes, ou seja, eles eram contratados e logo em seguida deportados. Esses imigrantes ganham normalmente os salários mais baixos, vivem abaixo da linha da pobreza e não possuem seguro, tornando essa situação insustentável. Esses trabalhadores são muito desejados pelas empresas e pelo ramo agrícola, que possuem muita influência no país. E o alinhamento entre os objetivos dos migrantes e os interesses das empresas, são o que sustentam esse grande fluxo. A campanha da ICE e a revogação por conta de suas consequências, demonstram sua força (Portes; Rumbaut, 2014).

Deve-se levar em conta o grande número de imigrantes com alto grau de qualificação, rotulados como “fuga de cérebros” em seus países natais. Ela é uma grande porta de entrada para os Estados Unidos e adiciona pessoas altamente qualificadas à força de trabalho no país, cerca de 25% da população nascida no exterior é formada por pessoas graduadas ou com graus mais altos e 25% dos trabalhadores imigrantes ocupam cargos de gerência e profissionais especializados. Essa categoria de migrante não muda por falta de emprego no país de origem, mas sim por conta de melhores oportunidades e maior salário. Profissionais que se consideram satisfeitos com suas chances de progressão e padrão de vida, raramente migram. Visto isso, eles raramente aceitam empregos subalternos, contudo, tendem a entrar no nível mais baixo de suas carreiras e depois começarem a progredir (Portes; Rumbaut, 2014).

Esse tipo de imigração se diferencia devido à sua descrição, por um exemplo, há cerca de 4 milhões de filipinos e indianos morando nos Estados Unidos, mas raramente se houve falar de problemas relacionados a sua imigração. Isso ocorre porque eles raramente se agrupam em comunidades étnicas altamente visíveis, mas tendem a se dispersar pelo país seguindo suas próprias carreiras. Além disso, essa categoria está entre os que mais se assimilam rapidamente a língua e a cultura. Entre as razões está a ausência de comunidades étnicas fortes, como dito anteriormente, como seu sucesso educacional e profissional. Vale ressaltar que essa assimilação não diz respeito a romper totalmente a relação com seu país de origem, esses imigrantes frequentemente voltam a seu país de origem em visitas periódicas (Portes; Rumbaut, 2014).

Durante os primeiros anos dos anos 2000, várias exceções aparecem, como grupos de refugiados do Irã, Iraque e União Soviética, que incluem muitas pessoas com formação acadêmica e profissionais. Eles devem ser enquadrados nas preferências ocupacionais regulares, visto que estão entre os profissionais altamente qualificados. Já refugiados e asilados geralmente são, ao contrário de imigrantes regulares, politicamente contrários ao regime de seu país de origem e em alguns casos impedidos de retornar. Desse modo, estar em transnacionais ou atuar em contribuições para o desenvolvimento do país de origem são muito restritas, os classificando realmente como fuga de cérebros (Portes; Rumbaut, 2014).

Por outro lado, o programa H-1B, criado pela Lei de Imigração de 1990 e depois ampliada, trouxe trabalhadores profissionais e técnicos especializados e mostrou-se como principal canal para milhares de engenheiros, programadores e médicos. Nesse programa, os empregadores puderam patrocinar esses profissionais por 3 anos, com possibilidade de extensão para até 6 anos. A Ásia, Europa Oriental e América do Sul foram as principais fontes desse novo fluxo, o limite marcado pela Lei era de 195.000 trabalhadores em 2002. Em 2004, o limite voltou, como anteriormente na história, a ser 65 mil, mas as admissões reais foram bem maiores, visto que os estagiários de faculdades e agências governamentais não entraram nessa conta. Esses altos números demonstram a grande procura por mão de obra qualificada em setores em expansão e de tecnologia (Portes; Rumbaut, 2014).

Ademais, é importante salientar que há muitos profissionais ilegalmente no país que para fugirem do trabalho manual optam por trabalhar sem licença. Em que seus clientes quase sempre são outros imigrantes, muitas vezes do mesmo país, que confiam neles e preferem devido ao baixo custo em relação a outros profissionais regularizados. Por isso, a maioria das práticas profissionais não autorizadas estão em comunidades étnicas. Esses profissionais estrangeiros, apresentam geralmente resultados positivos, tanto profissionalmente quanto economicamente nos EUA. A Índia e as Filipinas têm sido as principais fontes desse tipo de imigração, tanto em programas de entrega legal permanente quanto temporária (Portes; Rumbaut, 2014).

Outro caso que vale evidenciar são as comunidades étnicas, com um grande grau submerso em seu país de origem, como as Koreantowns ou chinatowns espalhadas pelo país. Essas áreas geralmente possuem alta concentração de empreendedorismo imigrante e são conhecidas como enclaves étnicos. E seu surgimento depende de um alto número de imigrantes com experiência empresarial, acesso a fontes de capital e acesso à mão de obra. Essas 3 condições geralmente não são muito difíceis de obter, a mão de obra pode inicialmente ser entre membros da família e depois recém-chegados; as fontes de capital exigem quantias pequenas e

quando não a trazem de seu país de origem, podem acumulá-las por poupanças ou recursos comuns da comunidade e em alguns casos eles têm acesso a instituições financeiras de conacionais. Assim, o primeiro requisito demonstra ser o mais difícil, porque a ausência de um grupo de imigrantes com tendências ao empreendedorismo, pode levar a maioria a se submeter ao trabalho assalariado, mesmo quando há capital e mão de obra suficientes disponíveis (Portes; Rumbaut, 2014).

Essas minorias de imigrantes empreendedores são a exceção tanto nos dias de hoje, quanto no início do século XX. E sua importância está no fato deles criarem uma mobilidade econômica que não é disponível para outros grupos. Vale ressaltar que esses empreendedores não se limitam somente aos originários do acordo, mas também aos que chegam posteriormente, visto que as relações entre eles e seus funcionários da mesma etnia vão além de puramente um vínculo contratual. Quando essas empresas se expandem, eles tendem a contratar seus parceiros de mesma etnia para cargos de supervisão, por exemplo. O enclave étnico não é a única manifestação do empreendedorismo dos imigrantes, vale ressaltar que eles tendem a assumir negócios que atendem baixa renda, em cidades onde a concentração de imigrantes é menor. E possuem uma menor visibilidade, por se dispersarem pela área ocupada (Portes; Rumbaut, 2014).

Mesmo com essas condições, o surgimento de enclaves étnicos não ocorre frequentemente, é um fenômeno não planejado. E embora a Lei de Imigração de 1990 incluía uma categoria preferencial para investidores que gerem empregos e permita até dez mil vistos nessa categoria, ainda é pouco usada. Um dos motivos é pelo alto requisito de capital para se qualificar. Em verdade, não há nenhuma preferência para pequenos empreendedores com pequeno ou nenhum capital, em geral, essa categoria de pessoas se enquadra em preferências designadas para outros fins. Coreanos e chineses, por exemplo, fizeram bom uso das categorias de preferência baseadas no emprego para profissionais e trabalhadores qualificados e, posteriormente, das disposições de reunificação familiar das leis de imigração de 1965 e 1990. Já os cubanos, outro importante grupo de empreendedores, geralmente vinham para o país como refugiados políticos e se dispersavam pelo país, desse modo, demoraram mais de uma década para se reagrupar em algumas localizações e então começarem o empreendedorismo (Portes; Rumbaut, 2014).

Vale ressaltar que mesmo com os esforços do ICE em penalizar empregadores de mão de obra sem documentos e a deportação deles, acabaram estimulando o crescimento de negócios informais entre os indocumentados. Visto que eles preferem trabalhar na limpeza, restaurantes e barracas de comidas que atendem outros migrantes, do que empregos assalariados cada vez

mais precários. Ademais, estudos mostram que a maioria das grandes empresas de imigrantes dependem de laços transnacionais para serem sucedidas, principalmente com o país de origem. Muitas vezes, importam produtos para vender na comunidade de imigrantes ou no mercado aberto e exportam alta tecnologia para o país de origem e usam os contatos de lá para conseguir capital e mão de obra (Portes; Rumbaut, 2014).

Portes e Rumbaut (2014) também destacam que a Lei dos Refugiados de 1980 tinha o objetivo de ampliar a definição de refugiado para qualquer pessoa com medo fundamentado de perseguição ou dano físico, independentemente da orientação política do regime de seu país. Contudo, seguindo o que era feito anteriormente, os EUA continuaram a conceder status de refugiado somente aos fugitivos do comunismo e dificultavam a entrada dos outros, como os que vinham da Guatemala e El Salvador.

Essa categoria de imigrantes possui vantagens perante as outras, visto que possuem status legal, direito ao trabalho e a benefícios sociais. Já a quem foi negado o asilo, não possui nenhum desses privilégios e se permanecerem no país são classificados como estrangeiros ilegais. Assim, ser refugiado não se trata de uma escolha pessoal, mas sim uma decisão governamental baseada em diretrizes legais e conveniência política, dependendo da época e seu contexto geopolítico, o governo dos Estados Unidos pode determinar um fluxo de pessoas como êxodo político ou grupo ilegal. Por isso, há muito pouco refugiados de direita no país, os principais desse grupo são refugiados da esquerda, como os fugitivos do exército soviético, do poder de Fidel Castro em Cuba, e das insurgentes comunistas no Sudeste Asiático (Portes; Rumbaut, 2014).

Em contrapartida, os pedidos de asilo na década de 1990 foram em sua maioria por migrantes da América Central, como El Salvador, Guatemala e Nicarágua, visto as guerras civis que estavam ocorrendo. Contudo, o desejo dos imigrantes em entrar nos Estados Unidos não estava alinhado com o interesse do governo, que negava seus pedidos. Após o fim das guerras civis e o retorno da democracia política, os novos governos suplicaram para os EUA concederem asilo aos seus conacionais. E mesmo com a diminuição desses pedidos após a guerra, os novos líderes argumentavam que suas economias precisavam do dinheiro que os imigrantes mandavam para o país como estrangeiros ilegais. Desse modo, o governo americano, então, os concedeu status de proteção temporária (TPS). E com o tempo, essas concessões foram sendo renovadas e muitos migrantes regularizaram sua situação (Portes; Rumbaut, 2014).

Desse modo, é possível entender que os diversos esforços do governo em restringir à entrada de imigrantes, não obtiveram sucesso. E apesar do discurso para essa restrição ser em defesa de uma nacionalidade que está sendo perdida, sua pureza cultural sendo abalada, entre

outros, o principal fator que realmente inflama o sentimento xenofóbico é a questão do emprego e dos custos que o imigrante gera para o Estado visto os serviços públicos oferecidos. O Estado coloca o imigrante como inimigo, mas os proprietários de terras do sul conseguiram concessões para continuarem com sua mão-de-obra. Ou seja, quando eles são necessários e trazem benefícios, são recebidos sem pensar duas vezes.

Além disso, apesar do discurso dos Estados Unidos serem a nação dos imigrantes, não é isso que ocorre na prática. Por muito tempo, não houve restrição para a entrada de pessoas em seu território, mas com o tempo, foi visto que fizeram o uso da imigração selecionada para atender seus interesses e demandas. Vale ressaltar também o problema humanitário, visto que diversos imigrantes foram deixados em segundo plano e sem acesso a linhas básicas de atendimento social.

Passando para a questão dos imigrantes hispânicos, vale destacar que o termo hispânico é contraditório e problemático, visto ser amplamente utilizado como um rótulo que agrupa as diversas nacionalidades em somente uma denominação, ignorando histórias, culturas e experiências distintas (Portes, 2007). Na tabela abaixo é possível verificar as Cinco Maiores Nacionalidades de Imigrantes Hispânicos com dados de 2000/2001, segundo Alejandro Portes.

Quadro 1 - Perfil Comparativo de Imigrantes de Cinco Nacionalidades nos Estados Unidos no ano 2000.

Nacionalidade	Tamanho da População em 2000	Principal Cidade de Destino	Perfil Profissional (Capital Humano)
Mexicanos	20.600.000	Los Angeles, CA	Perfil predominantemente de baixa qualificação, com poucos em ocupações profissionais/executivas.
Cubanos	1.200.000	Miami, FL	Nível de qualificação significativamente mais alto que o dos mexicanos e salvadorenhos.
Dominicanos	765.000	Nova York, NY	Nível de qualificação intermediário, com uma forte presença em atividades empreendedoras em suas comunidades.
Salvadorenhos	655.000	Los Angeles, CA	Semelhante ao perfil mexicano, com predominância de trabalhadores de baixa qualificação.
Colombianos	471.000	Miami, FL e Nova York, NY	O mais alto nível de qualificação entre os cinco grupos, com uma taxa elevada de imigrantes em ocupações profissionais/executivas.

Fonte: Elaboração própria com base em Portes (2007).

Há muitas diferenças entre os grupos hispânicos, ou melhor, de origem latino-americana. Contudo, também há alguns sinais de similaridade, Portes (2007) traz 4 forças importantes que ajudam na convergência dessa população. Primeiro, pode-se classificar a

cultura comum, que é baseada na língua (espanhola, com exceção do Brasil) e religião, que como será visto adiante, em grande parte vem de origem cristã. Em segundo, o Estado vem tomando esforços de tornar essa população em uma minoria étnica, onde são classificados e ensinados como tal. A terceira razão, vem pelo fato de o grande número de imigrantes mexicanos serem rotulados unicamente como hispânicos. E devido à grande força numérica mexicana, os outros grupos não teriam tanta importância quanto possuem sem eles. Desse modo, eles se encontram sujeitos às vontades dos mexicanos. Por último, vale ressaltar que mesmo com todas as diferenças, os políticos, empresários e profissionais possuem interesse numa população hispânica unificada, visto que isso acarretaria mais votos e maior influência. Ou seja, para os empresários, haveria um mercado maior e mais rico, e para os profissionais mais empregos e clientela. Por isso a denominação “hispânica” que começou como um rótulo de conveniência, se tornou uma realidade sociológica (Portes, 2007).

Além disso, para contextualizar adequadamente a imigração latina, Alejandro Portes (2007) destaca alguns fatores que moldam esse fenômeno. Em primeiro lugar, a presença nacional, onde a imigração latina não é mais considerada um fenômeno restrito a alguns estados, hoje, eles estão em todo o território americano. Outro fator é a mão de obra essencial dessa população, onde a América Latina tornou-se o principal reservatório de mão de obra de baixa remuneração para a economia dos EUA. Ainda, há falhas nas políticas de contenção, em que as tentativas do governo em deter o fluxo migratório por meio de leis mais rígidas e aumento da vigilância na fronteira, falharam diversas vezes. Vale também ressaltar as conexões transnacionais que serão tratadas mais a frente e a influência cultural e política que os latinos trazem consigo.

Além disso, Portes (2007) aborda que o fator mais poderoso que impulsiona a imigração latina é a grande demanda da economia dos Estados Unidos por mão de obra. No qual a economia necessita desses trabalhadores para preencher os empregos de baixa remuneração em setores como agricultura, construção e serviços, que muitos trabalhadores nativos não desejam. Devido a isso, entra-se na questão das políticas de controle de fronteira, que falham e tornam a imigração ilegal um fenômeno nacional. Como há essa alta demanda de imigrantes e o desejo irreparável dos empregadores em conseguir mão de obra, essa força desafia as barreiras policiais. Assim, mesmo quando se reforça a segurança nas fronteiras, os estrangeiros acham um caminho de entrar ilegalmente no país (Portes, 2007).

Um fator que também acentua esse fenômeno são as conexões entre os locais de origem e destino, formada por familiares, amigos, vizinhos e até mesmo empregadores. Então, quando o empregador aborda um de seus trabalhadores imigrantes para obter uma indicação, essa rede

de conexão alcança até os lugares mais remotos da América Latina. Essas redes são tão fortes que mesmo diante das flutuações na demanda por mão de obra, o fluxo migratório continua, sustentado pelos laços comunitários e familiares que cruzam fronteiras. Esse fator é constantemente ignorado pela fiscalização das fronteiras (Portes, 2007).

Para a população latino-americana que já mora no país, há algumas consequências para esse fluxo não autorizado. Um importante fator que vale ser ressaltado é que essa população sempre cria esforços em gerar profissionais, empresários e figuras políticas para os representarem. Contudo, esse fluxo de migrantes não autorizados, reforça o estereótipo de uma população predominantemente de baixa renda e baixo status, causando entre os nativos o preconceito sobre o caráter e o lugar dos hispânicos na sociedade americana. Além disso, há o surgimento de uma segunda geração que cresce em condições de desvantagem, comunidades frágeis e preconceito generalizado. Visto que com o fluxo indocumentado, os trabalhadores não conseguem ir e vir de seu país, fazendo com que tragam suas famílias para os Estados Unidos (Portes, 2007).

Portes (2007) aborda sobre os laços transnacionais que serão discutidos detalhadamente mais à frente. Dizendo que esses laços estão transformando as comunidades dos imigrantes hispânicos nos EUA e no seu país de origem. Antes, uma sociedade esquecida e marginalizada, hoje eles adquirem presença econômica, política e cultural, principalmente em seu país de origem. Onde as perspectivas de desenvolvimento futuro de seus países dependiam dos recursos materiais e culturais dos expatriados.

Onde nos Estados Unidos são vistos como uma pessoa de baixo status social, em seu país de origem, são vistos como “heróis”, onde seu trabalho é capaz de sustentar famílias e até comunidades inteiras. Como, por exemplo, as remessas de dinheiro que os imigrantes enviam para seu país, rivalizam com o investimento estrangeiro direto. Além disso, eles se tornam uma influência política relevante, partidos e candidatos de seus países vão até os EUA buscar seu apoio, doações e votos, reconhecendo a sua influência. E a troca constante de pessoas, bens e informações, transforma a vida social nas cidades de origem, onde passam a ser influenciadas pelos eventos que ocorrem no outro país (Portes, 2007).

Para a segunda geração, a realidade é distinta, no qual Portes (2007) levanta três caminhos principais. No qual, no melhor dos mundos, a pessoa pode ter uma ascensão social rápida, em que a integração na classe média ou alta é impulsionada pelo capital dos pais e pelo acesso a boas escolas e redes de apoio. O segundo caminho é uma ascensão lenta e gradual, na qual depende fortemente da solidariedade familiar e do apoio de uma comunidade para superar as diversas barreiras econômicas e sociais impostas. O terceiro é o pior dos cenários, no qual

os jovens caem em ciclos de pobreza, drogas e encarceramento. Devido aos grandes esforços e gastos realizados para a imigração, muitas famílias imigrantes são forçadas a viver em bairros perigosos. Onde há uma constante de drogas e gangues, no qual preocupa os pais inseridos nesse contexto. Assim, procuram proteger seus filhos, mas o ambiente hostil, torna essa tarefa extremamente difícil (Portes, 2007).

Portes (2007) destaca um estudo da CILS (Children of Immigrants Longitudinal Study) que acompanhou jovens da segunda geração mexicana-americana por dez anos e revelam alguns dados importantes para esse estudo. Em relação à educação, 38% dos jovens não avançaram além do ensino médio, se caracterizando a taxa mais alta entre os grupos latinos. Esse grupo registrou a menor renda familiar média e a maior taxa de desemprego do estudo. Além de revelar que 42% já possuíam filhos aos 24 anos, o que caracteriza mais uma responsabilidade que limita as oportunidades educacionais e econômicas. E a taxa de encarceramento para os jovens do sexo masculino ultrapassou 20%.

Segundo Alejandro Portes (2007), as barreiras que envolvem a integração dos latinos na sociedade não são culturais, mas estruturais. O problema está principalmente na demanda incessante da economia dos EUA por mão de obra barata, que alimenta fielmente as políticas de imigração falhas que, ao invés de deterem o fluxo, incentivam a continuação da população em condições precárias. Desse modo, o racismo e a discriminação aumentam, onde as oportunidades dos jovens se encontram limitadas e eles se encontram em uma desvantagem difícil de ser superada.

4 MIGRAÇÃO, RELIGIÃO E O PAPEL DAS IGREJAS NA VIDA DOS IMIGRANTES LATINOS

Durante a história norte-americana foi possível observar o grande papel socioeconômico das Igrejas, sinagogas, templos e mesquitas, principalmente em relação aos imigrantes. Visto que além de ser um lugar religioso, também era considerado um refúgio contra a discriminação e hostilidade que os estrangeiros sofriam pelo resto da sociedade.

Com a onda de imigração de 1965, segundo Hirschman (2004), novas religiões foram trazidas para os Estados Unidos, como mesquitas islâmicas e templos budistas e hindus, além de novas formas de cristianismo e judaísmo. Desse modo, as novas religiões estabelecidas no território foram moldando o conteúdo e a linguagem dos serviços religiosos já existentes.

Portes e Rumbaut (2014) ressaltam que dentre os casos de emigração, o motivo raramente era a religião, como refugiados de opressão religiosa. A grande maioria dos imigrantes latinos são, como visto anteriormente, trabalhadores e profissionais, alguns refugiados políticos. E a religião veio como um meio de amenizar os traumas da partida e do assentamento inicial. As ações e iniciativas das comunidades religiosas, embora não determinem o início da migração ou seu modo geral de incorporação, podem afetar a influência desses fatores, levando a resultados diferentes dos que seriam esperados. Esse papel de mediação e melhoria é tão importante que, quando uma igreja, templo, mesquita ou sinagoga não está presente para receber os recém-chegados, eles geralmente se organizam para construir uma.

Vale ressaltar que não existe somente uma forma de analisar o papel da religião na adaptação dos imigrantes, visto que muitos são indiferentes ou hostis à religião organizada, como também muitos aderiram ou fundaram organizações religiosas como forma de expressão de sua identidade histórica e como compromisso com a construção de uma comunidade local no seu novo país. Antigamente, a religião possuía um papel e influência mais expressiva nas sociedades clássicas, hoje, contudo, ela passou para um papel mais circunscrito nas sociedades industriais modernas. Entretanto, é notório que a fé é ainda importante para muitas pessoas, com experiências que somente a religião pode proporcionar, como, por exemplo, apenas através da religião e crenças espirituais que as pessoas conseguem encontrar consolo para experiências de morte, sofrimento e perda (Hirschman, 2004).

Os estudos de Émile Durkheim apontam que a religião exerce um papel essencial na manutenção da coesão moral e dos controles normativos dentro das sociedades. Essa visão dialoga com a de Max Weber, que reconhece a importância das convicções e do carisma

religioso na orientação das ações humanas e na promoção de transformações sociais de grande alcance. Weber foi também pioneiro na análise das consequências econômicas inesperadas da crença religiosa nos níveis individual e social. Esse tema, conforme destacam Portes e Rumbaut (2014) permanece fundamental nas análises sociológicas da religião até os dias atuais.

Hirschman (2004, *apud* Ambrosini 2008), sintetiza as funções sociais da religião em três dimensões. A primeira, o refúgio, em que as instituições religiosas acolhem migrantes no momento difícil da chegada, oferecendo proteção, apoio emocional e uma comunidade. Em segundo lugar, o respeito, em que a participação religiosa leva aos imigrantes dignidade e reconhecimento social, especialmente àqueles que estão em trabalhos desvalorizados, no qual fortalecem sua autoestima e coesão familiar. Por último, recursos às Igrejas, templos e mesquitas funcionam como centros de capital social, disseminando informações sobre moradia e emprego, criando oportunidades de liderança e oferecendo suporte educacional e social para as novas gerações. Dessa forma, essas dimensões explicam por que a religião desempenha um papel tão importante nos processos de adaptação e mobilidade dos imigrantes.

Hirschman (2004) aponta que as igrejas e outras organizações religiosas são importantes na etapa de criação das comunidades e funcionam como fonte de assistência social e econômica para os necessitados. Como muitos imigrantes se mudam para o país com famílias pequenas ou muitas vezes sozinhas, esses lugares se tornam um refúgio de acolhimento. A ideia de comunidade, valores compartilhados e associação duradoura é um grande atrativo para eles irem a essas Igrejas. E não é necessária uma reciprocidade imediata para confiarem e ajudarem uns aos outros, visto que compartilham sentimentos parecidos e se sentem acolhidos e confortáveis a se apoiarem. Os estrangeiros também são atraídos pela comunhão de igrejas e templos étnicos, onde suas relações são reforçadas com comidas e costumes tradicionais. A combinação entre conforto espiritual e assistência material que as Igrejas oferecem, aumenta sua atração.

Em uma pesquisa com uma comunidade maia guatemalteca evangélica pentecostal, Hagan e Ebaugh (2003 *apud* Ambrosini, 2008), analisaram o papel da religião no processo migratório. Dividindo as fases em: Decisão; Preparação da viagem, no qual os conselhos e bênção do pastor os orienta; A viagem, no qual a comunidade se mantém em oração pelos viajantes e caso há alguma interveniência no caminho, o pastor intervém, buscando contatos e conhecidos para os libertarem; A chegada, no qual as Igrejas conectadas realizam o encontro entre os correligionários e os recém-chegados; O papel da Igreja étnica na instalação, no qual a Igreja os auxilia na inserção do ciclo social e a encontrar moradia e trabalho; por último, o

desenvolvimento de laços transnacionais, em que as Igrejas pentecostais reproduzem a cultura maia no contexto da imigração, com as práticas religiosas de origem (Ambrosini, 2008).

Segundo Will Herberg (*apud* Hirschman, 2004), os novos imigrantes se tornam mais religiosos após sua chegada, pois querem manter sua cultura. A fé religiosa proporciona experiências parecidas às vividas anteriormente a imigração, contudo seu compromisso e participação são maiores no contexto americano. Como, por exemplo, um dos primeiros atos ao chegarem ser fundar sua própria igreja, templo ou mesquita. Vale ressaltar que, Segundo Herberg (1960 *apud* Hirschman, 2004), a América no século XX era dividida entre três principais religiões: os judeus, católicos e protestantes. E Hirschman (2004) continua o raciocínio afirmando que o desenvolvimento de laços com a origem nacional reflete a vida comunitária existente nos bairros, cidades, vilas e nos lugares que frequentam, onde desenvolvem laços pessoais. Assim, vale destacar que a identidade americana, construída ao chegar no país, não é uma única história quadrada, sem outras perspectivas, ela é um mosaico variável que aborda tanto as origens regionais quanto nacionais, classes sociais e crenças religiosas, costumes e vínculos.

Além disso, a religião também está presente no desenvolvimento de comunidades étnicas e na reafirmação de culturas e línguas nacionais. Hirschman (2004) argumenta que a incorporação dos imigrantes à sociedade norte-americana ocorreu, em grande medida, por meio de sua vinculação a uma Igreja e da participação ativa na vida religiosa e comunitária dessas instituições. Em adendo, Portes e Rumbaut (2014) destacam que a integração bem-sucedida desses grupos se deu especialmente pela formação de comunidades étnicas e pela valorização de aspectos culturais próprios dos imigrantes, frequentemente marcados por fortes elementos religiosos. Contudo, muitos acadêmicos afirmam que com diferentes identidades étnicas e culturas estrangeiras, prejudica a unidade da nação e a preservação de sua integridade cultural.

Ao longo dos anos, com o advento dos casamentos mistos, foi visto que as identidades de origem nacional da primeira geração foram se perdendo (Herberg *apud* Hirschman, 2004). Os filhos dos imigrantes foram se tornando americanos ao se estabelecerem em bairros e frequentando lugares predominantemente americanos. Suas identidades étnicas americanas foram sendo definidas mais pela religião do que pelo seu país de origem, visto que na história, as divisões predominantemente inseparáveis ocorriam entre protestantes, católicos e judeus.

Com o passar dos anos, os Estados Unidos se mostraram uma nação com fácil aceitação de diversas comunidades religiosas como totalmente americanas. Contudo, ainda há uma predominância protestante e preconceito existente com as demais religiões. Com a constituição americana, o Estado se manteve à distância no quesito religião, mas permitia que os grupos de

imigrantes desenvolvessem suas próprias instituições sociais e culturais, como paróquias, escolas, hospitais e templos (Portes; Rumbaut, 2014). Vale destacar que Hirschman (2004) ao analisar textos de Will Herberg e Oscar Handlin, entendeu que para se tornar americano não é necessária uma mudança total, radical, já que não é preciso mudar de religião, mas sim adquirir um novo idioma, desenvolver novas lealdades e aprender a nova cultura.

A definição de identidade americana necessitava ser ampla para incluir as grandes transformações que o país passou ao longo do século XIX, durante as grandes imigrações aos Estados Unidos. Assim, gradualmente os novos imigrantes e descendentes foram aceitos para que pudessem encontrar sua subcultura, ou criar sua própria. Como através da adesão das principais tradições religiosas europeias, ou sua combinação com uma cultura de origem nacionais. Desse modo, a sociedade americana se expande, não pela adição de pessoas assimiladas a sua cultura antiga, mas pela ampliação da definição de cultura americana (Hirschman, 2004).

A religião sempre foi uma parte vital da vida dos imigrantes, e essa é uma das razões pela qual os Estados Unidos continuarem sendo uma das nações mais religiosas do mundo. Uma pesquisa realizada em 2011 pelo Pew Global Attitudes Project (*apud* Portes; Rumbaut, 2014), mostra que a religião é muito mais importante para os americanos do que para as pessoas que vivem em outros países ricos. Essa pesquisa ressalta que os Estados Unidos não seguem o padrão estabelecido de quanto mais pobre o país, mais a religião se mostra importante e quanto mais rico o país, menos importância é dada à religião.

E mesmo com a grande diversidade religiosa crescente nas últimas décadas, os EUA continuam sendo uma nação predominantemente cristã. Em 1957, o Departamento do Censo dos EUA (*apud* Portes; Rumbaut, 2014) realizou uma pesquisa nacional que forneceu um retrato da população que era mais de 95% cristã. Hoje, embora o número não seja tão alto, um estudo da Pew Research (Smith *et al.*, 2025) entre os anos de 2023 e 2024 mostra que entre 60 e 64% da população se autodeclara cristã.

Vale destacar que a migração internacional muitas vezes é uma experiência traumática, visto que os imigrantes vão para uma terra desconhecida, se tornam estranhos nela, não há sons, imagens ou cheiros familiares. As atividades rotineiras dificultam-se, como trabalhar ou atividades de lazer, pois encontram barreiras em compreender e serem compreendidos. Assim, eles encontram conforto naquilo que lhes é familiar, como bairros étnicos, empresas de enclaves étnicos, atividades sociais na companhia de familiares e amigos, entre outros. Desse modo, a integração à cultura americana, principalmente àqueles que chegaram ao país adultos, é um processo lento que pode demorar décadas e sempre será parcial, nunca completa. Essa

integração a uma nova sociedade passa por diversas gerações e requer educação e socialização. Dessa forma, as crenças e práticas religiosas se tornam uma base para os imigrantes, já que encontram nela um significado e identidade reafirmando suas crenças tradicionais (Hirschman, 2004).

Menjivar (2006, *apud* Portes; Rumbaut, 2014), diz que as Igrejas estão sempre buscando fortalecer o senso de comunidade étnica entre os migrantes latinos, e vê essa integração como um passo básico para sua adaptação na nova sociedade. E como as Igrejas evangélicas são geralmente compostas por imigrantes de mesma nacionalidade, possuem facilidade na formação de laços. Além disso, é visto que os próprios pastores participam desse circuito transnacional, viajam entre os países de origem e os novos, ministram congregações em ambos e patrocinam projetos que os unem.

As práticas religiosas habituais, como orações, missas, velas, incenso trazidas de sua antiga nação, passam a transmitir outro sentimento após a imigração. Como passam pela perda de familiares, esses rituais proporcionam uma maior conexão emocional, especialmente se compartilhado com outras pessoas, e são acentuados se há a morte de um familiar ou outra tragédia. Ademais, as igrejas, sinagogas e templos, sabendo disso, também atendem as necessidades materiais dos imigrantes. Ao chegarem, essas igrejas os auxiliam a encontrar emprego, moradia, escola para seus filhos e os ajudam nas tarefas do dia a dia, visto a dificuldade com a nova língua. A ajuda aos necessitados, como com os imigrantes, é considerada uma das missões de muitas das igrejas e templos (Hirschman, 2004).

Os laços com a terra natal, dificilmente se apagam, sendo a primeira geração os que mantém a conexão mais forte. A grande maioria dos imigrantes vem de nações e comunidades pobres e quando se veem em uma situação econômica melhor, o primeiro impulso é ajudar aqueles que ficaram em seus países, indo além de seus parentes imediatos, mas sua comunidade. Essa característica vem em grande parte pela orientação das Igrejas à caridade. Alguns estudos mostram que muitas organizações transnacionais possuem conotações religiosas, e as atividades de auxílio vão desde o reparo e embelezamento da igreja da cidade natal até a canalização de assistência após um desastre natural por meio da paróquia local ou de uma congregação religiosa. Como, por exemplo, quando uma enchente causou o desaparecimento de 700 pessoas na República Dominicana, a comunidade de imigrantes dominicanos em Nova York, rapidamente prestou assistência. Um estudo recente sobre organizações de imigrantes vietnamitas na região da costa oeste dos Estados Unidos descobriu que 35% das pessoas envolvidas em atividades transnacionais eram de caráter religioso, principalmente associações budistas e católicas. Nesse caso, a razão para o alto número de ajudantes é a abertura que o

governo dá a grupos religiosos realizarem atividades filantrópicas em um país comunista, no qual grupos políticos são facilmente negados (Portes; Rumbaut, 2014).

Hoje, com as novas formas de intercâmbio de informações e transportes mais rápidos e acessíveis, às comunidades de imigrantes ficam cada vez mais interligadas às suas cidades e países de origem. E mesmo que haja questões negativas, esses laços tendem a beneficiar os locais de origem, pois trazem para eles informações e recursos materiais que não seriam possíveis sem esse fluxo (Portes; Rumbaut, 2014). Handlin (1973 *apud* Hirschman, 2004) diz que a religião serve como uma ponte entre o velho e o novo mundo. Isso ocorre devido a um reflexo do contexto americano, a tradição americana consistente de uma nação historicamente religiosa e com liberdade religiosa.

Os Estados Unidos possuem muitos nativos com vida ativa religiosa, mas não há uma religião oficial que obrigue à conformidade. Conforme a história, isso é um reflexo da fundação do país, visto que os primeiros colonos fugiram da intolerância religiosa da Europa e queriam liberdade para expressar suas crenças religiosas na nova terra, o que abriu espaço para o país ser da maneira que é hoje.

Contudo, a América colonial não era somente religiosa e era de um tanto intolerante, Hirschman (2004) declara que embora a história começasse com os primeiros colonos ingleses puritanos, a grande parte dos novos colonos não eram religiosos. Sua população era caracterizada por um alto número de jovens e homens, o que geralmente diminui as chances de adesão às práticas religiosas. Visto que muitos visavam trabalhar, ganhar dinheiro e retornar à sua casa. E geralmente para frequentar Igrejas era necessário tempo e dinheiro, que não eram atrativos para eles, já que não esperavam continuar suas vidas no país. Nessa época havia algumas igrejas que eram bem estabelecidas, mas se destacavam por sua intolerância religiosa. Como, por exemplo, os católicos, que ocupavam na época 1% da população, foram proibidos de praticar sua fé em todas as colônias, exceto Rhode Island e Pensilvânia no século XVII (Hirschman, 2004).

Vale ressaltar que os nativistas vão contra as ideias, cultura e costumes religiosos que os imigrantes trazem, por acharem que “diminuem” as tradições culturais americanas. Essa lógica vem do pensamento de que os imigrantes devem deixar toda sua cultura para trás ao chegar e tentarem se tornar indistinguíveis dos outros americanos. Já a lógica religiosa vê a reafirmação das identidades nacionais, culturas e línguas como positiva, pois esse costuma ajudar os recém-chegados a recuperar o equilíbrio em um país estrangeiro e lhes fornece informações e recursos para seguir em frente em seu novo ambiente (Portes; Rumbaut, 2014).

A primeira Emenda Dos Estados Unidos, declarada em 1791 (The United States, 2000), diz que: “Congress shall make no law respecting an establishment of religion, or prohibiting the free exercise thereof”. Ou seja, através dessa Lei se ergueu uma barreira entre o governo e a religião, não havia a proibição, mas também o governo não defenderia religião alguma. Hirschman (2004), afirma que ela não parece representar uma tolerância à religião, mas um compromisso que surgiu por conta das rivalidades entre as religiões e os não religiosos.

Como abordado anteriormente, a religião trouxe uma fonte de conforto e proteção, como também, conflitos violentos entre as diversas crenças, por exemplo, entre o cristianismo e islamismo e católicos e protestantes. No entanto, as liberdades de religião e de expressão consagradas na Constituição dos Estados Unidos e na Declaração de Direitos foram suficientemente fortes para impedir uma repetição das guerras religiosas europeias neste lado do Atlântico (Portes; Rumbaut, 2014).

É válido destacar que a religião interage constantemente com a recepção governamental e reação aos imigrantes pelos nativos e pela comunidade étnica já no país. Geralmente ela age para suavizar as reações, por exemplo, ela não determina a política estatal que vá a ser implementada, mas ajuda a implementá-la ou a resisti-la quando vai contra seus princípios. Ou, ela não cria o contexto social que os recém-chegados vão enfrentar, mas busca melhorá-lo através da integração entre os imigrantes e os protegendo na maioria da discriminação. (Portes; Rumbaut, 2014).

Com o avanço do século XX, a tendência a filiação religiosa que veio do século XIX atingiu seu ápice, 60% da população na época era considerada filiada a igrejas ou organismos religiosos formais (Finke; Stark, 1992 *apud* Hirschman, 2004). Hirschman (2004) destaca também que esse aumento ocorreu principalmente devido à competição entre as igrejas, principalmente contra as novas igrejas estabelecidas no país, como batistas e metodistas. Além disso, outro fator importante foi a capacidade da Igreja Católica Americana em atrair muitos imigrantes de nações e religiões católicas da Europa para a prática no novo país. Muitos deles em seu país de origem eram católicos não praticantes e nos EUA se converteram em praticantes. Essa adesão foi impulsionada pelas mudanças demográficas e socioeconômicas na população americana. No século XIX, a antiga população europeia foi se espalhando por todo o país. As áreas de fronteiras se tornaram áreas com comunidades étnicas de várias gerações, com crianças, escolas e Igrejas. Vale destacar que pessoas que moram com ou perto de familiares tendem a criar raízes organizacionais e se filiar a igrejas.

Para a primeira geração dos imigrantes, o refúgio (primeiro dos 3 Rs) foi fundamental para sua afiliação religiosa. Já para seus filhos, o respeito e os recursos tiveram destaque

(Hirschman 2004, *apud* Portes; Rumbaut 2014). Alba e Raboteau (2008 *apud* Portes; Rumbaut 2014) mostram que os americanos pressionaram os imigrantes a abandonarem sua língua e grande parte de sua cultura nativa. Contudo, a religião permaneceu, assumindo significados e papéis diferentes ao longo das gerações (Portes; Rumbaut, 2014).

Outro ponto que Hirschman (2004) é que pessoas com status socioeconômicos acima da média tendem a se filiar e frequentar igrejas. E com o aumento da classe média e de pessoas com algum status social na nova sociedade colonial, houve um aumento na participação religiosa. Em adendo, é notório que grande parte dos ancestrais dessa população muito provavelmente não eram respeitáveis em seus países de origem nem nos primeiros anos na América.

Outro ponto válido é a “americanização” das igrejas e práticas religiosas dos imigrantes nos Estados Unidos. Segundo Hirschman (2004), há uma tendência à conformidade entre as Igrejas, como uso do inglês nos cultos, cultos semanais, a pregação como ponto central, é a maior participação dos leigos nas atividades da Igreja. Contudo, alguns rituais religiosos ainda permanecem. Um forte exemplo disso é entre as comunidades budistas nos Estados Unidos, em que na Ásia os jovens necessitam servir como monges por alguns meses para depois se tornarem membros adultos da comunidade. Já nos Estados Unidos, isso não ocorre mais, o monge virou uma função especializada e profissional, a autoridade nessa comunidade deixou de ser a partir da ordem dos monges e passou para os leigos (Zhou, Bankston e Kim, 2002, *apud* Hirschman, 2004). Outro exemplo comum de “americanização” é a questão da fundação de Igrejas ou templos por imigrantes recém-chegados.

Na primeira geração, manter laços transnacionais era uma questão muito importante, já na segunda, o cenário mudou, as preocupações giram em torno da vida atual nos Estados Unidos. Hoje, a Igreja Católica luta para integrar novos e diversos grupos imigrantes da América Latina e Ásia, mas na segunda geração europeia obtiveram muito sucesso com os imigrantes irlandeses, italianos e poloneses, os inserindo nas boas escolas, dando respeitabilidade e status de frequentadores da igreja e cuidando de sua saúde através dos hospitais. Assim, é muito comum ver que, onde os seus antepassados eram indiferentes à religião, a segunda e terceira geração tornaram-se católicos devotos (Portes; Rumbaut, 2014).

A questão da religiosidade depende de sua região, nos Estados Unidos, ser religioso significava frequentar a Igreja semanalmente, contudo em algumas partes da Europa, Ásia e América Latina não era bem assim. A religião e suas crenças diziam mais sobre um estilo de vida, como rituais para boa sorte, curar doenças e evitar perigos, coisas que os puritanos criticavam. Há muitas diferenças entre as vertentes das religiões, como, por exemplo, a Igreja

Católica estabelecida no país considerava a tradição religiosa italiana de procissão de santos, um ritual pagão (Hirschman, 2004).

Os irlandeses mostraram-se muito importantes no estabelecimento da Igreja Católica no mundo, muitos seguiam seus preceitos e tradições e isso não foi diferente nos Estados Unidos, seu clero dominava a hierarquia e a cultura da Igreja católica americana. Contudo, muitas críticas eram feitas à dominação irlandesa da Igreja, como eles criarem muitas obrigações e não serem receptivos com outras versões populares do catolicismo. Ademais, o autor Nelli (1980 *apud* Hirschman, 2004) aborda que muitos italianos consideravam a Igreja Católica, dominada pelos irlandeses, fria, distante e puritana. Contudo, apesar dessa situação, a Igreja Católica americana se ergueu e no século XX, um terço dos americanos se consideravam católicos.

Desse modo, para entender a importância dos irlandeses no catolicismo, Hirschman (2004) destaca a transformação do catolicismo irlandês no século XIX. Antes da Grande Fome que ocorreu entre 1846 e 1850, o catolicismo na Irlanda estava em declínio, havia poucos padres, baixa frequência às missas e má conduta por parte do clero. Com o advento da Grande Fome, que dizimou cerca de um terço da população por morte e emigração, ocorreu a chamada Revolução Devocional. A crise eliminou, sobretudo, os mais pobres, elevando a proporção de católicos de classe média dispostos a financiar a Igreja, visto que durante a Fome não tiveram onde financiar seu dinheiro. Isso fortaleceu a instituição, que passou a expandir-se com novas igrejas, conventos, escolas e hospitais. O número de padres, monges e freiras quase triplicou entre 1850 e 1900, enquanto a Irlanda exportava clero e recursos para o mundo. Assim, o catolicismo se consolidou como pilar da identidade irlandesa, especialmente diante da perda da língua e da cultura tradicional que enfrentavam sob a dominação britânica. A religião tornou-se, então, o símbolo da herança cultural dos irlandeses na Irlanda e na diáspora.

Essas questões remontam a Igreja Católica no final do século XIX nos Estados Unidos. Ela se tornou irlandesa em caráter, tanto porque os irlandeses foram a primeira grande onda de imigração católica, como também porque os padres e freiras irlandesas compunham o clero da Igreja Americana. Os seminários na Irlanda produziam mais padres e freiras que o necessário para o país, levando a exportação de seu clero. Além disso, vale destacar a questão da identidade, segundo Larkin (1984 *apud* Hirschman, 2004), após 300 anos de domínio inglês, os irlandeses ainda não possuíam um suporte cultural que os definiam. Desse modo, o catolicismo e as vocações clericais se tornaram importantes nessa definição, principalmente no contexto americano devido à recepção hostil que grande parte dos imigrantes irlandeses receberam. Ao longo do século XIX foi possível notar que eles, com uma pequena parte dos imigrantes alemães, ajudaram o catolicismo a se tornar a religião majoritária na maioria das grandes

cidades dos EUA. Contudo, vale destacar que embora essa crescente, a população protestante ainda não demonstrou uma melhora com sua tolerância perante os católicos (Hirschman, 2004).

Com a migração dos irlandeses para o país, havia uma ideia comum entre os nativos de que os recém-chegados não poderiam se integrar na sociedade americana, por conta de suas convicções religiosas. Eles obedeciam a um líder estrangeiro e não praticavam discussões livres como os protestantes. Na época eles eram considerados “os negros da Europa”, por conta de suas conotações religiosas precisas e de sua confissão hierárquica e autoritária. Os irlandeses passaram por uma grande adaptação para serem aceitos como membros de direito da sociedade americana (Ambrosini, 2008).

A partir da década de 1840 alguns protestos e ataques começaram a ocorrer, como incêndio e devastação de Igrejas por parte dos nativos. Com isso, os imigrantes católicos se motivaram a se estabelecerem perto de suas Igrejas e obras sociais, para protegerem seu local de culto (Ambrosini, 2008).

O medo dos imigrantes católicos e do catolicismo dominou grande parte da vida política do século XIX. Desde o movimento xenófobo Know-Nothing das décadas de 1840 e 1850 até a anticatólica e nativista American Protective Association da década de 1890, os católicos foram alvo de ataques, tanto retóricos quanto físicos. O primeiro movimento foi um movimento político nativista, xenófobo e anticatólico que surgiu em resposta à chegada dos imigrantes irlandeses e alemães católicos (Tikkanen, 2025). Eles viam os imigrantes como uma ameaça à sua cultura, economia e política protestante americana. Já o segundo era um grupo anticatólico e anti-imigrante que atingiu o número de 2000 membros, era uma sociedade secreta que explorava o medo dos americanos rurais em relação ao crescimento urbano e a influência dos imigrantes nas cidades (American..., 2023). O inventor americano Samuel Morse, também foi uma das muitas vozes do século XIX que afirmavam que os católicos estavam se preparando para derrubar o governo (Hirschman, 2004).

Devido a esses ataques, os imigrantes se sentiam motivados a fundar suas igrejas nos Estados Unidos. Segundo Finke e Stark (1992, *apud* Hirschman, 2004), a Igreja Católica Americana conseguiu atrair diversas origens étnicas, sem que suas diferenças trouxessem grandes cismas, e com isso criar um ambiente protegido. Hirschman (2004) traz que o período de guerra, inesperadamente, contribuiu para a redução da intolerância religiosa. Visto que ao perceber que os imigrantes irlandeses estavam lutando ao seu lado e morrendo para preservar a república americana, era mais difícil dos nativos os verem como pagãos e antiamericanos. Mas essa perspectiva muitas vezes era temporária, visto que ao longo dos anos a memória da aliança de guerra se esvai e eles retornavam com os preconceitos raciais e religiosos.

Atualmente, os imigrantes latinos e asiáticos estão em uma nova geração que procuram meios para seguir em frente. Visto que estão em um ambiente complexo, que embora ofereça oportunidades de sucesso, também os confronta com diversos desafios. A religião, assim, tenta isolar e proteger e oferecer uma chance para reconstruir suas vidas (Portes; Rumbaut, 2014).

No processo de integração, no qual os filhos da primeira geração aprendem a língua e cultura do país novo, mas não deixam de preservar elementos da cultura de seu país de origem, é a melhor opção para afastar os desafios, uma adaptação bem-sucedida e um desempenho educacional. Nesse sentido, as religiões exercem um papel importante, pois quando os filhos da segunda geração observam a fé constante de seus pais, alguns benefícios da integração seletiva tornam-se aparentes. A religião, ao oferecer um universo comum de significados e valores compartilhados entre as gerações, mantém aberto os canais de comunicação familiar e reforça crenças e normas que se contrapõem à integração descendente (Portes; Rumbaut, 2014).

Assim, deve-se destacar que as Igrejas e templos eram além de locais de culto, eram comunidades que possuíam um valor educacional e atividades de lazer. Nelas, as pessoas podiam encontrar oportunidades de liderança e contribuições cívicas que não eram possíveis na comunidade em geral, principalmente para imigrantes. Como visto anteriormente, a grande hostilidade enfrentada, permitia a esses imigrantes, um senso de coesão interna e status, o que pode ter contribuído para essa tradição americana de fundar suas próprias igrejas étnicas. As motivações para fundarem suas igrejas eram várias, mas uma das principais foi a promoção das línguas nacionais. A Igreja Católica permitiu dois tipos de paróquias, a de bairros e as nacionais, em que esta poderia ser frequentada por membros de uma nacionalidade específica de toda a cidade. Em todas as Igrejas católicas, a missa era celebrada em latim, mas nas nacionais o sermão era proferido na sua língua local. Herberg (1960, *apud* Hirschman, 2004) enfatiza que a primeira geração de imigrantes possuía uma necessidade de igrejas com cultos em sua língua materna, mas a segunda geração já preferia uma Igreja sem tantas características predominantemente étnicas, com cultos em inglês.

Desse modo, é comum encontrar Igrejas que oferecem aulas, serviços médicos, sociais, roupas, alimentos, auxílio para encontrar empregos. Inclusive, muitos esforços evangélicos para converter os imigrantes começam com a prestação de serviços necessários, visto que a maioria passa por muita necessidade e possui poucos recursos. Além disso, é muito comum que ofereçam oportunidades de convívio com pessoas da mesma etnia, como celebrações de feriados e festas de aniversário. As igrejas servem como uma ponte, de continuidade entre o passado e o futuro, através da reafirmação dos valores tradicionais daquele povo, com a resolução dos problemas presentes. Elas também ajudam os imigrantes a encontrarem

habitação, emprego, assistência com a nova língua e orientação com a burocracia necessária, assim, são extremamente necessários para aqueles que chegam ao país sem nenhuma orientação e apoio (Hirschman, 2004).

A Igreja Católica não possui tanto reconhecimento em entregar a mesma quantidade e variedade de serviços que as outras igrejas, porém ela é famosa por proporcionar escolas paróquias. Durante o século XIX e o crescimento das escolas públicas comuns, os católicos sofreram muitos preconceitos devido à grande cultura protestante da época, assim a solução foi criar um sistema alternativo. Essa educação católica era muito atraente para a classe média e o ensino secundário e as faculdades proporcionavam uma educação de classe alta, atraindo todos os grupos étnicos. Vale ressaltar que é difícil entender o impacto a longo prazo que as escolas católicas causaram, contudo, elas podem ter sido responsáveis e fundamentais para a ascensão social dos filhos e netos de imigrantes. Hirschman (2004) afirma que um dos principais elementos dessa escolarização foi conseguir atrair filhos e netos de imigrantes do sul e do leste europeu como católicos praticantes.

As instituições de caridade católicas também eram comuns, como orfanatos e hospitais que ajudavam os mais necessitados. Tanto elas como as escolas eram administradas por freiras, com salários abaixo da média, geralmente composta por imigrantes da Irlanda. Segundo Finke e Stark (1992, *apud* Hirschman, 2004), algumas associações de benefício mútuo da igreja ofereciam seguro de saúde e morte, que eram extremamente necessários.

O grande número de novos imigrantes nos EUA provocou um ressurgimento religioso, esse novo cenário com missas em outro idioma, população com outras religiões, diferente da tradicional protestante, além da presença de imigrantes nas igrejas americanas já antes estabelecidas, levaram a grandes mudanças no panorama religioso americano. Os imigrantes possuem simplesmente a necessidade de se reunirem para orar, cantar e socializar, independentemente de onde seja, seja nas casas uns dos outros, em lojas vazias, em porões das Igrejas estabelecidas, ou até em uma própria Igreja que construíram, o importante é a reunião e conexão que compartilham. A religião possui um papel muito importante no estabelecimento e manutenção da comunidade, os imigrantes encontram conforto, segurança e companheirismo nas suas atividades religiosas (Hirschman, 2004).

Vale ressaltar que as Igrejas católicas conservavam a identidade nacional dos imigrantes, principalmente daqueles que não possuíam um Estado nacional ao qual se referir. Foi instituído então, as paróquias nacionais, em que as Igrejas preservavam a língua materna dos imigrantes. E vale evidenciar que no fim do século XX, a maioria dos imigrantes não possuía uma própria identidade nacional, visto que se sentiam pertencentes a um povo, ou

região, não há uma nação inteira. Foi nos Estados Unidos que viram na língua uma oportunidade de comunicação e os fizeram superar seus dialetos e usos locais. Assim as Igrejas não eram mais separadas por particularismos locais, mas sim por critérios linguístico-nacionais, fazendo com que fosse construído uma “identidade étnica” mais ampla (Ambrosini, 2008).

Com a melhoria das condições de vida, a filiação religiosa tornou-se um sinal de respeitabilidade. A participação religiosa nos EUA tem uma correlação positiva com o nível social e, surpreendentemente, tende a aumentar na segunda geração em comparação com a primeira. A partir disso, o pluralismo religioso americano se expandiu para além da tríade comum: protestante-católico-judeu. Com o advento da chegada de imigrantes de todo o mundo, hoje a religião nos EUA está mais plural, com budistas, hindus, muçulmanos, entre outros. E eles também repetem os padrões históricos de integração, como os imigrantes asiáticos que também utilizam seus templos e congregações para fornecer serviços sociais e manter seu ciclo social e tradições. Além disso, as diversas religiões também são transformadas pelo contexto americano. Religiões orientais, como o budismo, adotam uma estrutura mais congregacional, semelhante às igrejas protestantes, com maior poder para os leigos. O mesmo ocorre no catolicismo, onde os leigos nas paróquias "étnicas" têm um papel mais ativo do que em seus países de origem (Ambrosini, 2008).

Hirschman (2004) ressalta que a primeira geração de imigrantes era indiferente ao catolicismo organizado, muitas vezes até hostil, devido às formas de unificação que a Igreja irlandesa apresentava no seu país de origem. Desse modo, a Igreja Católica americana possui bons resultados, pois permitia que a primeira geração fosse mais livre. Assim, quando a segunda geração pôde escolher qual religião seguir, viam na Igreja Católica um modelo atraente para se estabelecer, uma Igreja respeitável, sem o preconceito dos protestantes, com escolas, hospitais e outros serviços sociais. Além disso, possuíam obrigações religiosas que os fiéis deveriam seguir e embora muitos pensem que essas exigências afastem os religiosos de determinadas Igrejas, os compromissos são mais fortes se a fé impõe princípios e obrigações, o que gera um forte senso de comunidade (Finke; Stark, 1992, *apud* Hirschman, 2004).

Um ponto importante a ser tratado é que as crenças e afiliações religiosas dos imigrantes podem ser lineares ou reativas, ou seja, podem representar uma continuação das tradições trazidas do país de origem, ou esquecidas quando chegam no país, devido ao confronto com realidades diferentes e difíceis. Geralmente, elas são lineares, visto que ao realizar a emigração, há muitos desafios e traumas envolvidos, criando uma tendência de se apegar ao que já lhes foi imposto antigamente, como reafirmando crenças e rituais como fonte de conforto e proteção. Contudo, há também casos reativos, em que os imigrantes na primeira geração podem ter

rompido com a religião no país, devido ao fracasso das tradições religiosas em satisfazer as necessidades dos imigrantes e outras opções se tornarem mais atrativas Pierce, Spickard e Yoo (2009 apud Portes; Rumbaut, 2014), por exemplo, apontam que entre os imigrantes japoneses e coreanos é comum ver sua transição para o cristianismo protestante, visto a necessidade de se sentirem acolhidos no novo ambiente, e serem mais bem avaliados em comparação ao budismo. O autor afirma, que o protestantismo evangélico também alterou as tradições dos imigrantes latinos, que originalmente eram católicos (Portes; Rumbaut, 2014).

Com essa discriminação que os imigrantes em geral passavam na sociedade, sua integração estrutural era bloqueada, principalmente entre a segunda e terceira geração. Dessa maneira, com as instituições sociais das Igrejas, geralmente centradas em igrejas étnicas e associações religiosas, os estrangeiros conseguiram encontrar caminhos para o seu avanço social, liderança, serviços comunitários e respeito na sociedade que constituíam, que muitas vezes não era possível na comunidade em geral. E como notado anteriormente, as Igrejas e templos se tornam pontos centrais nas suas vidas, pois atendem suas necessidades e seus laços de fé são reforçados pela comunidade religiosa, que oferece companheirismo e assistência prática para os seus problemas (Hirschman, 2004).

Contudo, vale ressaltar que esse papel, socioeconômico e cultural que essas Igrejas realizam não se limita somente a Igrejas de imigrantes, mas também abrangem Igrejas e templos americanos, servindo o mesmo papel de atender necessidades religiosas, quanto práticas do dia a dia (Hirschman, 2004). O Estado americano possui uma predisposição em canalizar sua assistência social por meio de instituições de caridade religiosas, criando um ambiente favorável para uma ação eficaz da Igreja. Por exemplo, o estudo de Margarita Mooney mostra que o papel da Igreja Católica na adaptação dos imigrantes haitianos depende fortemente do contexto político e cultural do país de acolhimento. Na França, o Estado limita a ação religiosa, restringindo o apoio da Igreja a poucos serviços, como missas em crioulo. Já nos Estados Unidos, a realidade é outra, há maior tolerância étnica e cooperação com instituições religiosas. Ou seja, a Igreja pode agir de forma mais ampla, nesse caso, criando instituições voltadas à comunidade haitiana, como a paróquia Notre Dame d'Haiti, em Miami, que foi essencial para fortalecer a identidade e integração do povo haitiano.

Assim, pode-se entender que a religião pode desempenhar um papel decisivo na reconstrução comunitária e na adaptação social dos imigrantes (Portes; Rumbaut, 2014). E a história e diversidade dos imigrantes nos Estados Unidos possuíram um papel fundamental na história do país, visto que também criou um cenário religioso único e pluralista, receptivo às necessidades culturais e socioeconômicas dos fiéis (Hirschman, 2004).

5 RELAÇÕES ENTRE TRANSMIGRAÇÃO, TRANSMIGRANTES E RELIGIÃO NO ATUAL CONTEXTO MIGRATÓRIO

Para compreendermos a imigração latina nos Estados Unidos hoje e os migrantes latinos na atualidade é fundamental considerarmos que vivemos em um mundo onde fenômenos migratórios também tendem a ser fenômenos transmigratórios e que muitos migrantes são transmigrantes, sendo que isso é algo que também diz respeito aos papéis, funções e ao como muitos imigrantes vivenciam suas religiões. Sendo que, segundo Schiller, Basch e Blanc (1995), os transmigrantes são pessoas que constroem e mantêm múltiplos vínculos, seja social, econômico, político e religioso, que conectam suas sociedades de origem e de destino. Antes, os migrantes eram vistos como pessoas desenraizadas, que deixavam sua pátria para buscar uma nova sociedade, Oscar Handlin e Ronald Takaki, tratam do conceito de "desarraigamento", onde através da integração em uma nova cultura ("melting pot") ou na incorporação a um mosaico multicultural, o imigrante deve transferir sua lealdade e identidade primária para a nova nação. A manutenção de laços substanciais e contínuos com a terra natal era considerada inaceitável ou, na melhor das hipóteses, um sentimento nostálgico (Schiller; Basch; Blanc, 1995).

Como mostram essas autoras, atualmente há uma outra visão. O transmigrante são pessoas que suas vidas dependem de conexões contínuas que atravessam fronteiras e suas identidades estão vinculadas a mais de um Estado-nação. Eles não são residentes permanentes nem temporários (no conceito tradicional), visto que estão estabelecidos em um país receptor, mas permanecem fortemente vinculados às instituições, economias e redes do país de origem. Ou seja, eles se tornam um elo entre o país de origem e o novo. Desse modo, a migração transnacional deve ser entendida como a formação de relações sociais multiestratificadas e simultâneas que estruturam um campo social transnacional. Onde práticas econômicas, políticas, familiares e religiosas circulam entre os territórios, conectando instituições e realidades.

Há algumas evidências de que imigrantes de gerações anteriores, como os italianos, tchecos, eslovacos e irlandeses, mantinham laços familiares, enviavam dinheiro e até construíam movimentos nacionalistas a partir dos EUA. No entanto, essas conexões foram sistematicamente minimizadas e obscurecidas por narrativas históricas focadas na assimilação. Como por exemplo, os "Estudos de Americanização" da Carnegie Corporation (1918 *apud* Schiller; Basch; Blanc, 1995) durante a Primeira Guerra Mundial, registraram atividades transnacionais, mas as retrataram negativamente. Esses estudos contribuíram para a percepção

pública de que os imigrantes estavam se "americanizando", enquanto campanhas públicas trabalhavam para diminuir seus laços de origem (Schiller; Basch; Blanc, 1995).

Nos dias de hoje, o transnacionalismo é distinto por algumas razões. A tecnologia, por exemplo, permite que a comunicação e o transporte sejam mais rápidos e baratos, facilitando conexões mais imediatas e densas. A economia também mudou, no qual a incorporação dos imigrantes no país receptor não é desejável e muitas vezes impossível, os incentivando a dividir suas atividades em mais de um país. Além disso, os Estados de origem veem seus emigrantes como recurso estratégico (Schiller; Basch; Blanc, 1995).

Alguns fatores da economia global impulsionaram os imigrantes a viverem esse estilo de vida. A reestruturação e mudanças na acumulação de capital que resultou na deterioração social e econômica em muitos países, fez com que nenhum país seja agora seguro para fixação, o que os incentiva a manter laços e investimentos em seus países de origem, como uma forma de segurança. Além disso, o racismo e a discriminação que sofrem no novo país – principalmente entre os hispânicos, asiáticos e negros - contribuem para sua insegurança econômica, política e social. Fazendo com que mesmo com certo nível de estabilidade, se sintam vulneráveis, os fazendo reforçar suas conexões e estratégias com a terra natal. E por último, os projetos de construção nacional, em que tanto o país de origem e o de acolhimento exigem que eles sejam atuantes, formando assim, uma encruzilhada de alianças. Nos Estados Unidos, sendo um país receptor, sua política hegemônica exige lealdade exclusiva, pressionando os imigrantes a se assimilarem e a romperem laços com seus países de origem. E nos países originários, eles entendem que seus Estados existam onde quer que seus emigrantes estejam, tratando a diáspora como um recurso estratégico, econômico, político e simbólico (Schiller; Basch; Blanc, 1995).

As instituições religiosas também são de suma importância para essa rede, visto que funcionam como espaços para a manutenção de laços culturais, sociais e políticos. Elas funcionam como a base do campo social transnacional, preservando práticas, valores culturais e auxiliando na adaptação dos recém-chegados. Além disso, criam uma base sobre a qual os líderes validam ou constroem capital social e políticos em ambas as sociedades (Schiller; Basch; Blanc, 1995).

Vale ressaltar que a grande maioria dos transmigrantes são atores políticos ativos, onde desafiam essa noção dos EUA de estarem restritos politicamente a somente um país. Eles participam simultaneamente da política dos dois países. Como por exemplo os Imigrantes haitianos, filipinos e de Granada que participaram ativamente de lutas contra ditaduras e pela redemocratização de seus países, organizando manifestações e apoiando candidatos a partir dos

Estados Unidos. Ao mesmo tempo, o primeiro-ministro de Granada se tornou um importante organizador de imigrantes em Nova York, influenciando eleições locais e defendendo os interesses de suas comunidades e se referiu a Brooklyn como "a maior base eleitoral de Granada" (Schiller; Basch; Blanc, 1995).

O artigo de Schiller, Basch e Blanc (1995) evidencia alguns estudos de com populações caribenhas e Filipinas nos EUA que revelam alguns padrões das práticas transnacionais. Um deles é que as famílias estendem suas redes através de fronteiras para maximizar recursos e manter ou melhorar sua posição de classe. Ou negócios que surgem principalmente pelo transnacionalismo, como empresas de transporte, firmas de importação e exportação, casas de transferência de dinheiro, entre outros. Além disso, as associações de migrantes que além de ajudarem na adaptação, constroem uma rede de interconexões com o país de origem em que os transmigrantes participam ativamente da política em ambos os países.

Mas nem tudo pode ser considerado bom para os transmigrantes, eles também enfrentam diversos desafios. Como por exemplo, nos Estados Unidos com a lealdade exclusiva e a renúncia de laços com a pátria, cria-se um conflito para aqueles que vivem essas vidas duplas. Como quando as organizações americanas insistiram a imigrantes haitianos se tornarem cidadãos americanos e renunciassem à sua lealdade ao Haiti. Assim vale ressaltar que mesmo com a globalização os Estados moldam identidades e exigem lealdades políticas, tanto dos países receptores quanto emissores, que utilizam discursos de nacionalismo para influenciar a atuação dos transmigrantes. Outro fator são as estruturas oficiais que não entendem a realidade das famílias transnacionais, resultando em políticas públicas inadequadas que não refletem a vida real dos imigrantes (Schiller; Basch; Blanc, 1995).

Vale destacar também que esse estilo de vida não é vivido igualmente por todos. Há desigualdades de classe dentro das comunidades migrantes, disputas políticas internas e conflitos familiares decorrentes da pressão econômica e emocional de manter dois lares. Gerando tensões dentro de suas famílias e criando fissuras em suas relações familiares. Além disso, em muitos discursos dos EUA, os nativos descrevem os imigrantes como inimigos ou como a causa da deterioração da infraestrutura e dos serviços públicos, ignorando a complexidade de suas vidas e contribuições (Schiller; Basch; Blanc, 1995).

Os movimentos religiosos abrangem diversos lugares ao redor do mundo e estão se tornando cada vez mais homogêneos na forma de celebrar o culto e sua organização. Há estudos, como o de John Meyer (et al., 1997 *apud* Levitt, 2003) que diz que esse tipo de fusão limita a construção da diferença. Já outros, como o de Robertson (1991 *apud* Levitt, 2003), argumentam que a globalização dessas instituições permite uma maior diversidade religiosa, visto que os

filiados constroem sua identidade religiosa local em relação ao mundo inteiro, não se limitando a somente uma parte dele.

Os estudos relacionados à migração transnacional são importantes para o presente estudo, visto que ligam a religião global e diaspórica, já que são criadas pelas famílias, congregações e comunidades migrantes transnacionais. Como dito por Levitt (2003, p.849, tradução nossa), “As instituições religiosas globais moldam a experiência migratória transnacional ao mesmo tempo em que os migrantes desgastam e recriam as religiões globais, tornando-as locais e, então, reiniciando o processo.”. Ao trazerem a religião para sua nova comunidade, eles adaptam questões da religião global e combinam com o que já possuem, reintroduzindo ideias, práticas, identidades etc. Ademais, vale ressaltar que as instituições religiosas migrantes são importantes por se tornarem locais onde modelos de organizações sociais e responsabilidade locais conhecidas globalmente, se reúnem para fazer novas combinações de crenças e práticas religiosas (Levitt, 2003).

A autora traz uma análise dos “níveis e componentes do campo religioso transnacional”, informando que acredita que os trabalhos do transnacionalismo são poucos explorados, pois não especificam os níveis, alcance, locais da migração transnacional e sua posição na arena global. Por isso traz 5 níveis (Levitt, 2003):

Quadro 2 - Níveis e Componentes do Campo Religioso Transnacional

TABLE 1
LEVELS AND COMPONENTS OF THE TRANSNATIONAL RELIGIOUS FIELD

1.	Individual transnational religious practices, including such things as formal and informal devotional practices enacted alone or in groups and in popular and institutionalized settings, tithing or periodic contributions to home-country religious groups, fundraising, hosting visiting religious leaders, consulting home-country religious leaders, and pilgrimages. Both the objective and subjective dimensions of the religious experience must be taken into account.
2.	The organizational contexts in which transnational migrants enact their religious lives.
3.	The ties between local transnational organizations and their host and home-country regional, national, and international counterparts.
4.	The role of states.
5.	The role of global culture and institutions.

Fonte: Levitt (2003, p. 850).

O que caracteriza um migrante transnacional é a realidade de viver aspectos de suas vidas sociais, econômicas e políticas em pelo menos 2 lugares. A grande maioria está em um país de acolhimento, enquanto ganham dinheiro, votam e vão às Igrejas nos seus países de origem. Esses migrantes podem realizar essas atividades tanto regularmente, quanto ocasionalmente. Essa relação de transmigração pode ser tão forte que até não migrantes realizam alguns aspectos transnacionalmente. Alguns migrantes utilizam essas atividades para

reforçarem seu pertencimento ao país de origem, enquanto outros para reforçar o pertencimento do país em novas sociedades em geral.

Como por exemplo, quando os imigrantes católicos irlandeses frequentam a igreja e recebem serviços do Centro Pastoral Irlandês, apoiado pelo governo irlandês, essas atividades são feitas para reforçar seus laços com a nação irlandesa em geral, do que com contextos locais específicos (Levitt, 2003). Outro exemplo dessas práticas é de migrantes que se mantêm filiados a suas organizações religiosas por mais tempo, mesmo em uma nova nação e ainda contribuem financeiramente com o grupo, arrecadando fundos, apoiando atividades, e acolhendo líderes religiosos em seu novo país, enquanto os não migrantes oram por eles. Outros ainda participam de peregrinações, e afirmam sua ligação com algum grupo ou local do país de origem (Levitt, 2003).

Como visto anteriormente, a religião é fundamental, ela está presente na construção da identidade, na criação de significado e formação de valores. Assim, Levitt (2003) reitera que a maneira que a religião é usada para criar lealdades alternativas e lugares de pertença é importante para seu estudo, visto que as práticas transnacionais são reforçadas pelos contextos organizacionais que vivem. Como quando os migrantes pertencem a organizações em seu novo país que tem laços formais com uma instituição no país de origem e são supervisionados e financiados por líderes da velha sociedade. Algumas Igrejas, ainda, são instituições religiosas mundiais, que aceitam os membros em qualquer país que for (Levitt, 2003).

Os migrantes transnacionais, vivem vidas globais multifacetadas. Por exemplo, é comum para migrantes turcos retornarem ao seu país de origem para encontrarem algum parceiro para casar-se, por exemplo. Além disso, a cultura e as instituições globais moldam as práticas religiosas transnacionais dos imigrantes. Geralmente as instituições religiosas possuem modelos amplamente aceitos que moldam a forma como os migrantes combinam as tradições dos dois países. Como por exemplo, nas igrejas pentecostais, em que o modelo de oração é reconhecido em todo o mundo. Além da tradição de peregrinação e estabelecimento de locais sagrados serem facilmente aceitas, torna muito mais fácil para o migrante se estabelecerem no novo país e afirmarem sua presença transnacional (Levitt, 2003).

Levitt (2003 *apud* Casanova, 1994) identifica 3 modelos de organização religiosa transnacional. A primeira usa de exemplo a Igreja católica, onde há uma forma ampliada de organização religiosa transnacional. Desde o século XIX, a Igreja construiu santuários de peregrinação, enviou ordens religiosas, montou campanhas missionárias, criou escolas e organizou encontros internacionais, constituindo uma extensa e interligada rede de atividades transnacionais. E quando os migrantes transnacionais circulam entre paróquias ou movimentos

religiosos nos Estados Unidos, por exemplo, eles expandem e ressignificam esse sistema religioso já globalizado, adaptando-o aos contextos locais, onde a pertença às comunidades de origem e de destino é afirmada. A autora cita um exemplo de Governador Valadares, em que muitos brasileiros migram para Boston e diversos líderes religiosos recebiam pedidos de orações e missas aos paroquianos emigrantes. Enquanto isso, as Igrejas apostólicas de imigrantes brasileiros nos EUA liam as mesmas orações e hinos semanais usados no Brasil e faziam missões semelhantes às do Brasil (Levitt, 2003).

O autor ressalta que não são todos os migrantes que participam de atividades religiosas transnacionais, mesmo que suas Igrejas participem dessas práticas. Menjivar (1999 *apud* Levitt, 2003) afirma que os fiéis das Igrejas evangélicas eram mais propícios a participarem dessas atividades do que os filiados à Igreja Católica. Em um estudo de caso entre El Salvador e Washington, Peterson e Vásquez (2001 *apud* Levitt, 2003), observaram que não havia vínculos institucionais ou missões religiosas entre os grupos dos dois países, concluindo que lealdades religiosas individuais nem sempre geram iniciativas coletivas.

Nas igrejas protestantes, diferentemente das católicas, as relações transnacionais são negociadas em termos de autoridade, organização e prática ritual. Não existe uma liderança central ou uma hierarquia administrativa responsável por definir políticas e procedimentos. Quando os migrantes começam com essas atividades transnacionais, questões como divisão de poder, financiamento e gestão são discutidas e ajustadas (Levitt, 2003). O autor usa Manuel Castells (2000 *apud* Levitt, 2003), que define a sociedade em rede, muito semelhante à como essas parcerias trabalham, em que são estruturas descentralizadas, flexíveis, porém interconectadas, capazes de oferecer serviços e produtos sob medida.

Diversos estudos mostram como diferentes tradições religiosas moldam vínculos transnacionais. Como Wellmeier (1998 *apud* Levitt, 2003) observou que maias guatemaltecos, organizados em pequenas igrejas étnicas, conseguiam direcionar esforços para melhorias em suas comunidades de origem. Já Menjivar (1999 *apud* Levitt, 2003) constatou que igrejas protestantes salvadorenhas, por não dependerem de estruturas institucionais rígidas como a Igreja Católica, conseguiam cultivar laços com El Salvador sem gerar conflitos, criando iniciativas como rádios e “igrejas-irmãs” em ambos os países (Levitt, 2003).

Um dos poucos trabalhos que trata das mudanças nas organizações religiosas transnacionais é o caso da Soka Gakkai International (SGI-USA). Inicialmente formada por imigrantes japoneses casados com militares norte-americanos, a filial dependia financeiramente e institucionalmente do Japão, onde mantinha forte caráter japonês, estrutura hierárquica e práticas tradicionais. Contudo, com o aumento de integrantes estadunidenses, as reuniões dessa

organização passaram a ser ministradas em inglês e abandonou costumes japoneses e adotou formas de culto mais americanizadas. Após escândalos envolvendo a organização no Japão, a SGI-USA rompe formalmente com a matriz, e se tornaram mais americanas, como forma de evitar ser vítima do estigma anti-culto presente nos Estados Unidos na época (Levitt, 2003).

A Igreja Católica representa um sistema religioso que já é global. Quando os migrantes se movem, eles não criam redes do zero, mas estendem e adaptam essa estrutura vasta e interconectada. As conexões se intensificam através de laços interpessoais entre clérigos e leigos nos países de origem e destino, do uso de materiais de culto padronizados (como folhetos de missa) e da participação em campanhas e movimentos religiosos paralelos (como campanhas por moradia no Brasil e em comunidades brasileiras nos EUA). Em alguns casos, a hierarquia da Igreja pode desencorajar o ativismo focado em comunidades de origem específicas para promover uma identidade pan-étnica mais ampla e evitar a politização, como observado em comunidades salvadorenhas em Washington, D.C (Levitt, 2003).

Por outro lado, as igrejas protestantes, especialmente as pentecostais e neopentecostais, operam de forma menos hierárquica e mais descentralizada. Os laços transnacionais não são preestabelecidos, mas precisam ser ativamente "negociados". As conexões se formam através de parcerias flexíveis entre congregações, criando uma "sociedade em rede" de bens e serviços religiosos. Essa flexibilidade permite que as igrejas se adaptem às necessidades dos migrantes (Levitt, 2003).

Os migrantes transnacionais usam da religião para construir mapas alternativos de pertencimento. Eles delimitam alguns espaços simbólicos, com ícones sagrados e santuários religiosos que delimitam os territórios. Esses marcos podem coincidir com as fronteiras dos Estados, atravessá-las ou até criar espaços, tornando-se mais significativos para algumas pessoas. Como por exemplo, os haitianos em Nova York, onde incorporaram Harlem aos locais que realizam suas práticas espirituais (McAlister, 2002 *apud* Levitt, 2003).

Gómez e Vásquez (2001) estudaram alguns jovens salvadorenhos que não se sentiam pertencentes nem aos EUA nem a El Salvador, o que os fez participar de gangues transnacionais que lhes ofereciam comunidade e ajuda para enfrentar a marginalização. Esses grupos tomavam decisões e construíam identidades que atravessavam fronteiras. Contudo, essas gangues foram perdendo poder quando alguns membros se envolveram com tráfico de drogas. Desse modo, as Igrejas pentecostais intervieram e funcionaram semelhantes a essas gangues “salvando almas transnacionalmente” e criando um espaço que combinava desterritorialização e reterritorialização, gerando aos jovens um senso mais estável e satisfatório de identidade e comunidade (Vasquez *et al.*, 2001 *apud* Levitt, 2003).

Para alguns migrantes, a identidade religiosa torna-se mais importante e significativa que a nacional. Uma pastora brasileira em Massachusetts relatou que só começou a se sentir pertencente aos EUA quando sua igreja estabeleceu uma parceria com a Convenção Batista Americana, tornando sua identidade de "batista" mais saliente que a de "brasileira" (Levitt, 2003).

Além da religião oferecer os elementos para criar essas geografias alternativas de pertencimento, ela também orienta os fiéis sobre seus direitos e responsabilidades coletivas. As organizações religiosas podem ser classificadas como diferentes de outras instituições de imigrantes, visto que se veem portadoras das verdades universais e atemporais, fornecendo aos imigrantes bússolas morais que os orientam em contextos específicos. Dessa forma, com o crescimento da interconexão global surge a dúvida de até que ponto as tradições religiosas formulam teologias voltadas para o mundo globalizado e instruem seus membros sobre direitos e deveres de cidadãos transnacionais? Levitt (2003) vai dizer que embora muitos considerem os pentecostais distantes da política, as pesquisas mostram que mesmo que eles passem mensagens aparentemente apolíticas, suas comunidades exercem uma influência significativa em sua comunidade. Voltando as congregações irmãs de El Salvador e EUA que Menjivar (1999 *apud* Levitt, 2003) estudou, o que os motivavam em seus projetos era a evangelização, fortalecendo e ampliando a comunidade de Deus, caso houvesse alguma conquista política ou cívica, eram classificadas como uma importância secundária (Levitt, 2003).

Peterson *et al.* (2001 *apud* Levitt, 2003) vai apoiar e complementar essa visão, dizendo que as comunidades pentecostais tentam delimitar limites entre o mundo sagrado e o secular, visto como perigoso, contudo, essa separação de fato nunca ocorreu. Pois os fiéis atuam em diversos espaços e influenciam e são influenciados pelo contexto em que vivem. Ademais, essas igrejas reproduzem dinâmicas de dominação e exclusão com a retórica de guerra espiritual, criando um terreno de controle. Assim, vivem em um espaço fechado, fundamentado na ideia de desterritorialização radical do Reino de Deus, refletindo o apagamento de fronteiras e identidades, características da globalização. Desse modo, o pentecostalismo enfatiza o indivíduo, mas assim como o capitalismo, tende a homogeneizar, transformando as particularidades em estratégias ou etapas rumo à produção da globalidade/universalidade (Levitt, 2003).

Desse modo, Levitt (2003) exemplifica:

Quando novos migrantes irlandeses, dominicanos e brasileiros expandem a Igreja Católica global por meio de seus laços com a terra natal, eles se tornam parte de redes poderosas e ricas em recursos que são locais potenciais de proteção e representação em suas comunidades de origem e de acolhimento (Levitt 2003, p.866).

Assim, vale ressaltar o Irish Apostolate U.S., uma organização que articula agentes pastorais irlandeses em todo o país. Ela se uniu a uma coalizão de Centros de Imigração irlandeses e formou um comitê informal de ação política voltado à defesa dos direitos dos imigrantes e à promoção da anistia. Além disso, esse apostolado atua como um canal de comunicação entre o governo da Irlanda e a comunidade imigrante nos Estados Unidos (Levitt, 2003).

Assim, o autor ressalta que a experiência católica irlandesa demonstra onde a relação entre religião transnacional e política se manifesta. A participação dos imigrantes na Igreja, os introduz à cultura e às práticas políticas dos EUA, funcionando como um ponto de partida para o engajamento cívico, já que os expõem a debates públicos e a ferramentas para lidar com essas questões. Enquanto isso, o governo irlandês e os líderes religiosos continuam reforçando por meio de vínculos institucionais e pessoais, o sentimento de pertencimento nacional e religioso entre os emigrantes (Levitt, 2003).

As Igrejas protestantes também oferecem serviços, apoio e socialização política, mas dentro de estruturas organizacionais mais frágeis. Onde os pastores auxiliam os fiéis a buscarem trabalho, moradia e regularização migratória. E a ênfase na vida no Reino de Deus os leva a outras interpretações em relação a qual tipo de engajamento cívico deve ser considerado adequado. Alguns acreditam que a fé os leva a sair das arenas religiosas e fazer a diferença, onde devem exercer sua cidadania e os ensinamentos religiosos os guiam a como fazê-lo. E para outros, o engajamento cívico é impulsionado por suas identidades e convicções religiosas, mais do que um orgulho étnico ou patriotismo (Levitt, 2003). Por exemplo, Levitt (2003) cita uma mulher que diz que é voluntária em uma cozinha comunitária, pois diz que Deus gostaria que ela tivesse ali, não sendo motivada por algum partido, ou motivações políticas.

6 CONCLUSÃO

A principal conclusão desta monografia é a de que a trajetória da migração latina para os Estados Unidos vem sendo um processo marcado por desigualdades estruturais, forte dependência econômica do país receptor e redes transnacionais que sustentam a ida e a permanência desses migrantes. Também se constata que seu fluxo migratório é diferente dos fluxos do passado, ocorridos nos EUA, tornando-se parte central do funcionamento da economia norte-americana contemporânea, que em muitos aspectos distingue-se do passado - como aquele das grandes imigrações, centra numa migração europeia. Imigrantes latinos ocupam hoje, majoritariamente, setores de baixa remuneração em que os nativos não querem trabalhar. Mas isso não é de hoje. Um grande exemplo disso foi o “Bracero Program”. A persistência desse grande fluxo mesmo com as diversas tentativas de contenção e políticas restritivas revela que a imigração latina não é um fenômeno periódico, mas estrutural. Ela nasce da assimetria histórica entre Estados Unidos e América Latina, das crises econômicas e políticas nos países de origem e da demanda constante por mão de obra no destino. Assim, os latinos se tornaram não apenas imigrantes, mas também agentes cuja presença molda a economia, a cultura e o futuro demográfico dos EUA.

A religião demonstra-se fundamental nesse cenário. As Igrejas, principalmente as católicas e evangélicas, surgem como espaços de acolhimento, proteção e reconstrução identitária. A migração internacional é descrita como uma experiência traumática, repleta de incertezas, como na precariedade laboral, discriminação e instabilidade jurídica. Em que a religião se torna uma base fundamental para o imigrante, oferecendo conforto, reafirmação de identidade e senso de comunidade em um ambiente estranho. As instituições religiosas atuam como uma ponte entre o passado e o futuro, oferecendo apoio prático que vai muito além do espiritual, proporcionando apoio na procura de emprego, moradia, documentação, entre outros. Nesses espaços, os imigrantes conseguem preservar sua cultura, através dos idiomas, rituais etc. E em um cenário de discriminação, as Igrejas étnicas se tornam locais onde os imigrantes podem encontrar respeito, liderança e caminhos para o avanço social que, muitas vezes, lhes são negados na sociedade em geral.

Assim, a relação entre os migrantes latinos e a religião não deve ser compreendida apenas como uma questão de fé individual, algo apenas espiritual, relacionado apenas a crenças e práticas exclusivamente religiosas, mas como um mecanismo de mediação social. A religião

é também uma força ativa que também atua para moldar identidades, construir comunidades e capacitar os indivíduos para enfrentar o ambiente hostil e contraditório da sociedade americana.

O caráter transnacional é também um importante fator para os imigrantes hoje, pois também os conectam às suas comunidades de origem. Facilitado por aspectos como tecnologia e pelas mudanças econômicas, dentre outros fatores, demonstra que o transmigrante não está mais fadado à integração completa. As remessas financeiras, a participação em projetos comunitários, o apoio a igrejas e iniciativas locais e até o engajamento político nos países de origem mostram que esses imigrantes constroem identidades que atravessam fronteiras.

As práticas religiosas também se encontram nesse contexto, em que muitos vivem suas vidas religiosas nos dois países. Ou seja, a religião funciona como um elo entre o passado latino e o presente norte-americano. A religião se insere nesse campo social transnacional, permitindo que os migrantes mantenham esses vínculos com seu país de origem, combinando práticas globais com as realidades locais. A identidade religiosa, por sua vez, torna-se mais representativa que a nacional, em que oferece elementos para um novo senso de pertencimento. Desse modo, as instituições religiosas não são apenas centros de fé, mas sim fatores essenciais para a adaptação, resiliência e a manutenção de sua identidade.

A história da migração nos EUA é marcada por uma certa dualidade, pois de um lado os EUA surgem como um país considerado como a “terra das oportunidades”, um polo de atração de mão de obra (como evidenciado no período do Bracero Program). De outro é um país que impõe políticas extremamente restritivas e excludentes, motivadas por xenofobia, racismo e diferenças religiosas. A Lei de Imigração e Nacionalidade de 1965 (Hart-Celler Act) foi um marco nesse processo, pois ao mesmo tempo que encerrou o sistema de cotas por origem nacional, também impulsionou involuntariamente - para além de seus esforços de restrições - a imigração latina e asiática, contribuindo para o mesmo processo que gerou a imigração indocumentada, tratada como ilegal e que trata esse imigrante como um ilegal.

A partir disso, percebe-se que a migração e a religião podem também funcionar como forças opostas, no sentido de que, enquanto uma expõe os imigrantes a desafios de adaptação, trabalho e pertencimento, a outra pode oferecer meios para enfrentar os desafios que a migração impõe. Compreender a presença latina nos Estados Unidos exige o entendimento desses diversos fatores, em que a migração demonstra ser um fenômeno que ultrapassa políticas e fronteiras, sendo também vivida cotidianamente pela fé, trabalho, solidariedade e reconstrução cultural.

Também deve-se considerar que essa trajetória vem ocorrendo como resultado de forças estruturais que estão constantemente atraindo e repelindo os imigrantes, os valorizando e

marginalizando. Essa dinâmica cria um ambiente de precariedade e incerteza, no qual eles necessitam desenvolver estratégias para sua sobrevivência e construção de sua comunidade. O fenômeno oscilante é uma característica estrutural que define as oportunidades e barreiras encontradas por gerações de recém-chegados.

Atualmente, essa população enfrenta o desafio de ser vista como invasora e responsável por crises financeiras, sendo alvos de diversas campanhas de deportação, mesmo sendo essenciais para a economia. E o problema dos imigrantes com os latinos não está somente em uma incompatibilidade de valores, mas na demanda incessante da economia americana por mão de obra barata, combinada com políticas que criminalizam e precarizam essa mesma mão de obra. Dessa forma, a religião atua como uma instituição contra hegemônica que constrói capital social e dignidade em resposta direta às barreiras estruturais impostas.

Portanto, olhando para o futuro dos Estados Unidos, é muito provável que enquanto a política do país oscilar entre necessidade econômica e exclusão social, as instituições religiosas permanecerão como espaços indispensáveis. Visto que são cruciais para capacitação, organização e afirmação da identidade da crescente população de imigrantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBROSINI, Maurizio. Participación religiosa e integración de los inmigrantes. Una reflexión entre América y Europa, entre história y actualidad. **Migraciones**, n.23, p.11-44, 2008.

AMERICAN Protective Association. **Encyclopedia Britannica**, 20 mar. 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/nativism-politics>. Acesso em: 7 out. 2025

HIRSCHMAN, Charles. The Role of Religion in the Origins and Adaptation of Immigrant Groups in the United State. **International Migration Review**, New York, v.38, n.3, p. 1206-1233, 2004.

JAROSCHINSKI, João Carlos. A história das políticas migratórias dos Estados Unidos. **Textos&Debates**, Boa Vista, n.20, p. 7-21, 2013.

LEVITT, Peggy. "You Know, Abraham Was Really the First Immigrant": Religion and Transnational Migration. **The International Migration Review**, New York, v.37, n.3, p. 847-873, 2003.

SMITH, Gregory *et al.* Decline of Christianity in the U.S. Has Slowed, May Have Levelled Off. **Pew Research Center**, 26 Feb. 2025. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/religion/2025/02/26/religious-landscape-study-religious-identity/>. Acesso em: 01 nov. 2025.

PORTES, Alejandro. THE NEW LATIN NATION: Immigration and the Hispanic Population of the United States. **Du Bois Review: Social Science Research on Race**, v.4, n.2, p.271-301, 2007.

PORTES, Alejandro; RUMBAUT, Rubén G. **Immigrant America: a portrait**. Oakland: University of California Press, 2014.

SCHILLER, Nina Glick; BASCH, Linda; BLANC, Cristina Szaton. From Immigrant to Transmigrant: Theorizing Transnational Migration. **Anthropological Quarterly**, v.68, n.1, p. 48-63, 1995.

TIKKANEN, Amy. Know-Nothing party. **Encyclopedia Britannica**, 10 set. 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Know-Nothing-party>. Acesso em: 7 out. 2025.

THE UNITED STATES. 1791: US Bill of Rights (1st 10 Amendments) - with commentary. In: MCCLELLAN, James. **Liberty, Order, and Justice: An Introduction to the Constitutional Principles of American Government**. 3rd ed. Indianapolis: Liberty Fund, 2000. Disponível em: <https://oll.libertyfund.org/pages/1791-us-bill-of-rights-1st-10-amendments-with-commentary>. Acesso em: 1 dez. 2025.